

Enc: IMPUGNAÇÃO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL 31/2021-SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF - PROCESSO 08200.000391/2020-70 - Item 1

DLOG - Serviço de Compras CGAD

qui 21/10/2021 08:48

Sent Items

Para: angelica.ada@gmail.com <angelica.ada@gmail.com>; Angelica Duarte de Aguiar <angelica.ada@pf.gov.br>;
aandua6@gmail.com <aandua6@gmail.com>; Flavio Alves Carlos <flavio.fac@pf.gov.br>; Neusa Rejane Pinheiro de Carvalho
Haltenburg <rejane.nrpch@pf.gov.br>;

 4 anexos (2 MB)

PETIÇÃO - IMPUGNAÇÃO EDITAL.pdf; DOC 01 - PROCURAÇÃO ASSINADA.pdf; DOC 02 - 3º Alt.Contrato Social.pdf; DOC 03 - CNH
Pietra.pdf;

Prezados, bom dia!

Encaminho pedido de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico 31/2021, cujo objeto é a aquisição de de acessórios táticos policiais a fim de compor um Kit Policial para cada policial federal em atividade, lotados tanto nas fronteiras como nas unidades regionais e centrais, para análise e manifestação.

Atenciosamente,

Camila Franco
Administradora
SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

De: Adriano Medeiros Fontanelli <adrianofontanelli@hotmail.com>

Enviado: quarta-feira, 20 de outubro de 2021 17:22

Para: DLOG - Serviço de Compras CGAD

Assunto: IMPUGNAÇÃO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL 31/2021-
SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF - PROCESSO 08200.000391/2020-70 - Item 1

Ilustríssimo Senhor(a) Pregoeiro(a),

Segue Impugnação ao procedimento licitatório Pregão Eletrônico Edital nº 31/2021, que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de acessórios táticos policiais a fim de compor um Kit Policial para cada policial federal em atividade, lotados tanto nas fronteiras como nas unidades regionais e centrais, conforme condições, valor unitário máximo aceitável e o valor total máximo aceitável, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. – Item 1 – Algemas Táticas.

Solicito a gentileza de confirmar o recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,

Adriano Medeiros FontanelliAdvogado - OAB/PR 61.703



Fone/Whats: +55 41 98499-5210

E-mail: adrianofontanelli@hotmail.com

Rua Dr. José Gostri Sobrinho, 528, Curitiba/PR - Brasil



Este e-mail e seus anexos são para uso exclusivo do destinatário e podem conter informações confidenciais e/ou legalmente privilegiadas. Não podem ser parcial ou totalmente reproduzidos sem o consentimento do autor. Qualquer divulgação ou uso não autorizado deste e-mail ou seus anexos é proibida. Se você receber esse e-mail por engano, por favor, notifique o remetente e apague-o imediatamente.

This e-mail and its attachments are for the sole use of the addressee and may contain information which is confidential and/or legally privileged. Should not be partly or wholly reproduced without consent of the owner. Any unauthorized use of disclosure of this e-mail or its attachments is prohibited. If you receive this e-mail in error, please immediately delete it and notify the sender by return e-mail.

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA
FEDERAL – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 31/2021

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS 25/10/2021

ALGEMAS BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MONITORAMENTO DE SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.677.849/0001-74, sediada na Rua João Kubis, nº 785 A, bairro Colônia Vila Prado, Município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná- CEP 83.504-640, neste ato representada por sua sócia-administradora **PIETRA PROCOPIO CASTRO PASQUALI**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.275.817-0-SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 099.617.839-21, por intermédio de seu Advogado que ao final assina, conforme instrumento de Mandato (**doc. 01**), vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro no subitem 24.1., e demais disposições do item 24, do Edital em epígrafe, bem como nos §§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 8.666/93, e, por derradeiro, no art. 24, do Decreto Federal nº 10.024/2019, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2021

pelas razões de fato e de direito que passa a expor, rogando, pois, se digne Vossa Senhoria a receber e processar a mesma na forma da Lei.

I – DA TEMPESTIVIDADE

No que diz respeito a tempestividade da impugnação, dispõe o art. 24 do Decreto nº 10.024/2019, o qual regulamenta o Pregão Eletrônico, que:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Nesse sentido, cumpre destacar que a Lei nº. 8.666/93 estabelece em seu artigo 110 que na contagem de prazos exclui-se o dia do início e se inclui o dia do vencimento.

Ademais, quanto à interpretação da norma que estabelece o prazo e sua contagem, o Tribunal de Contas da União, consolidou o posicionamento supracitado em diversos julgados (Acórdãos nº 1/2007 – processo TC 014.506/2006; nº 382/2003 – processo TC 016.538/2002-2).

Além do mais, o Edital prevê no item 24.1 o prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública para apresentação de impugnação, **deste modo, como a data de abertura da sessão pública está marcada para o dia 25 de outubro de 2021, verifica-se tempestiva a presente impugnação.**

Todavia, como se sabe, as ilegalidades aqui abordadas são matérias de ordem pública, não estando sujeita a preclusão, sendo dever da Administração a sua apreciação independente do momento de sua evidenciação¹.

II – DO INSTITUTO DA IMPUGNAÇÃO

A presente impugnação, a qual está amparada no art. 24 do Decreto nº 10.024/2019, na Lei 10.520/2002 e no art. 41, §1º, da Lei 8.666/93, tem como fim a correção de vícios contidos no ato convocatório que comprometem a legalidade do Pregão Eletrônico Edital n.º 31/2021 – item 1, promovido por esse respeitável Departamento.

Além dos referidos diplomas, sempre se faz importante destacar o fundamento constitucional do direito de petição previsto no art. 5º, XXXIV, “a”, da CRFB, que assim descreve: “*são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.*”

Assim, pretende-se afastar do processo licitatório em análise, exigências que extrapolam as normas e os princípios que norteiam a licitação pública, de acordo com o que preceitua a doutrina²:

[...] só serão válidos os atos administrativos praticados em conformidade com as normas nelas estabelecidas. Qualquer descumprimento a essas normas pela Administração Pública acarretará a invalidação do procedimento licitatório ou a nulidade dos atos que infringiram o edital. **Muitas vezes a nulidade de um ato no processo licitatório pode não apenas prejudicar todo o processo,**

¹ AMORIM, Victor Aguiar Jardim de, Licitações e Contrato Administrativos: teoria e jurisprudência – Brasília: Senado Federal. 2017, p. 90.

² FRANÇA. Maria Adelaide. Comentários à lei de licitações e contratos da administração pública. – 5. Ed. Atual – São Paulo. 2008. p. 123.

como também obrigar o reinício da licitação.

Não obstante, não se duvida do fato de que os agentes públicos envolvidos no referido processo licitatório usaram de primoroso trabalho na busca pelo cumprimento das leis, alicerçados nos princípios da economicidade e eficiência.

Porém, mais que uma denúncia, a presente impugnação deve ser vista pela Administração como um ato voluntário colaborativo promovido pela licitante, a qual se consubstancia em instrumento essencial para o entendimento de questões técnicas intimamente ligadas ao objeto do certame, uma vez que, em regra, as empresas que fornecem o objeto licitado e que já participaram de centenas de licitações da mesma natureza, possuem um conhecimento mais profundo em relação ao mercado de algemas.³

Diante disso, impugnamos o edital em apreço para que a Administração Pública do Departamento de Polícia Federal corrija as ilegalidades que impedem o prosseguimento do certame nos termos que neste momento se encontra, diante dos vícios que o levam inevitavelmente à nulidade, e por consequência, a irreparáveis prejuízos aos cofres públicos.

III – DA IMPUGNANTE – ALGEMAS BRASIL

A Algemas Brasil é a maior fabricante de algemas no Brasil já tendo fornecido algemas a quase totalidade das forças de segurança no Brasil inclusive a academia da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, DEPEN Federal e demais órgãos de segurança pública do Brasil.

Os produtos são os melhores e mais resistentes do mundo, aprovados em todos os testes de resistência física e química (ferrugem) pelos melhores laboratórios nacionais.

³ MOTTA, Fabricio. Revista Consulto Jurídico, <https://www.conjur.com.br/2016-mar-17/interesse-publico-bem-processo-licitatorio-impugnar-preciso>, Acesso em 19 de outubro de 2021.

Localizada no município de Almirante Tamandaré (região metropolitana de Curitiba), possuindo mais de 20 (vinte) colaboradores, a Algemas Brasil Indústria, Comércio e Monitoramento de Sistemas Ltda dispõe como sendo uma referência no mercado de algemas táticas, seguindo o que há de mais moderno e em soluções inovadoras voltadas a Administração Pública.

IV - DOS FATOS

A presente Impugnação visa a tomada das providências necessárias no intuito de determinar a Retificação do item 1 do presente Edital, uma vez que suas especificações contêm vícios insanáveis que o tornam inevitavelmente ilegal, os quais seguem:

- 1. Aço inoxidável AISI 1020 - composição do material de forma contraditória;**
- 2. Direcionamento do certame para uma única marca fabricante; e**
- 3. Falta da exigência de atestado de capacidade técnica operacional, que exige o inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/93, em razão da alta complexidade e recursos despendidos na licitação.**

Por oportuno, faz-se necessário transcrever o descritivo do objeto do procedimento licitatório Pregão Eletrônico Edital nº. 31/2021, do Departamento de Polícia Federal:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de acessórios táticos policiais a fim de compor um Kit Policial para cada policial federal em atividade, lotados tanto nas fronteiras como nas unidades regionais e centrais, conforme condições, valor unitário máximo aceitável e o valor total máximo

aceitável, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

(...)

Anexo I

1. ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

Itens	Objeto	Especificação	
1	Algema Tática Policial	<p>a) Algemas com ligação em elos de corrente, sistema de travas e liberação duplas de segurança (a fim de evitar violações e lesões) para aplicação no punho. o <i>punho</i>;</p> <p>b) Algemas feitas em aço inoxidável AISI 1020 ou qualidade superior, com resistência a tração mecânica mínima de 500 kgv. Algemas e chaves na cor preto fosco anti-reflexo, cujo o material elimine riscos e o preto brilhoso, podendo possuir capa de polímero de alta resistência. O material deve ser soldado a fim de que seja resistente a rupturas e a corrosão.</p> <p>c) As paredes dos dois elos devem possuir bordas abauladas e anticortantes, ou seja, sem cantos vivos em contato com os punhos do preso ou durante a aplicação pelo policial.</p> <p>d) Algemas contendo duas chaves do mesmo material;</p> <p>e) Peso máximo de 250 gramas (com 20% de tolerância); e</p> <p>f) Garantia mínima de 1 ano pelo fabricante.</p>	

		Equivalente ou de melhor qualidade aos modelos: ASP, Smith & Wesson, Invictus ou similar.	
		Equivalente ou de melhor qualidade devido ao material utilizado de maior durabilidade.	

Termo de Referência nº13053495/2020-
SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF

(...)

Tabela 6

ITEM	OBJETO	CERTIFICADO/LAUDOS	Critério a ser avaliado:	Critérios para Reprovação
1	Algema Tática	<ul style="list-style-type: none"> - Material (Aço inoxidável AISI 1020); - Laudo de resistência à tração, mínimo de 500kgv. -Conformidade com a NIJ 0307.01. 	<ul style="list-style-type: none"> - Travas e liberação em ambos os lados. - Verificar se há alguma rebarba ou canto vivo que possa ferir o algemado ou algemador. - Verificar se a trava da algema não solta ao se colocar o elo em um local fixo (Ex: corrimão) e realizar forte empuxo (movimentação forte e rápida) - Verificar peso da algema sem as chaves. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de laudos e/ou certificados. - Avaliação com base na inspeção visual e realização de 10 (dez) repetições do ato de abrir e travar a algema em pessoas de diferentes compleições físicas, averiguando o funcionamento do equipamento. - Causar qualquer corte ferimento (ao policial ou ao conduzido). - Avaliação de resistência (abrir) ao efetuar um forte empuxo (tranco) no local fixo (corrimão).

				- Peso superior a 250 gramas (20% de tolerância).
--	--	--	--	---

Elucidados os pontos controvertidos e o objeto da licitação, passa-se a análise pontual de cada um dos itens supracitados, sendo necessária a alteração do edital impugnado, sob o risco que este permaneça eivado de ilegalidades que o levarão indubitavelmente à sua anulação.

V - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

a) Aço inoxidável AISI 1020 - composição do material de forma contraditória

Como se vê na especificação do item 1 (lote 1), pede-se que as algemas sejam feitas de “*aço inoxidável AISI 1020 ou qualidade superior*”.

No entanto, demonstrar-se-á que o aço AISI 1020, não se trata de uma espécie de aço inoxidável, conforme a seguir:

Os Aços Inoxidáveis se dividem nas seguintes classes:

I – Aços Inoxidáveis Martensíticos – ou endurecíveis;

II – Aços Inoxidáveis Ferríticos – não endurecíveis; e

III – Aços Inoxidáveis Austeníticos – também não endurecíveis.

Os Aços Austeníticos, dividem-se nas classes: 302, 304, 316 e 317 (Aços que nunca enferrujam, baixo carbono);

Os Aços Martensíticos, dividem-se nas classes: 420 e 440; e

Os Aços Ferríticos, nas classes: 430 / 439 / 441 / 409 e 444.

Já o aço AISI 1020 se trata de um aço carbono que tem pelo menos 0,17%C e 0,3%Mn, pode ser cementado, mas devido ao seu baixo teor de carbono, é difícil o endurecimento por indução ou endurecimento por chama. Devido à falta de elementos de liga, não é adequado para nitretação, é considerado de baixa qualidade, necessitando sempre de um tratamento externo como a “Niquelagem” ou Cromagem por exemplo, tem baixa durabilidade, baixa resistência a ferrugem.

A título de colaboração, informa-se que as algemas são produzidas em aço carbono 1020 que enferrujam ou em aço inox 304 que não enferrujam. Isto porque, os aços inoxidáveis ferríticos ou martencíticos (produzidos na China) enferrujam, e somente os aços inoxidáveis Austeníticos da classe 300 fabricados por esta Impugnante e outra nacional, a German, não enferrujam e duram mais de 10 (dez) anos.

Assim, ao tempo em que o descritivo fala em Aço Inoxidável, ele também especifica o tipo do aço, e neste momento apresenta um erro crasso ao determinar que o Aço Inoxidável seja o “AISI 1020”.

Portanto, uma algaema em carbono 1020 é inferior ao aço inox, necessitando ser corrigida, pois é contraditória a sua especificação no instrumento convocatório, uma vez que corre o risco de não ser concretizada a finalidade pública da aquisição pela Administração.

b) Sistema de travas e liberação duplas de segurança - direcionamento do certame para uma única marca fabricante.

O item 1 - Algemas Táticas, em seu descritivo, pede que a mesma “*tenha um sistema de travas e liberação duplas de segurança (a fim de evitar violações e lesões) para aplicação no punho*”.

Antes de adentrar no mérito desse sistema, a Impugnante demonstrará como é o sistema de travas e liberação das algemas fabricada pela mesma e por diversas outras empresas nacionais e internacionais do ramo.

A algema tática, fabricada pela Impugnante e por outras do ramo, é formada pelo sistema em que a chave de pode ser acionada em ambas as faces da algema, sendo que a trava se localiza somente na parte lateral da mesma, conforme pode ser verificado na foto abaixo colacionada:

ACIONAMENTO CHAVE / DUAS FACES



No entanto, a algema tática descrita no edital, exige que além do acionamento da chave ser em duas faces, o mesmo sistema deve estar presente na trava, conforme a seguir:



Pois bem, em que pese o louvável trabalho desenvolvido por essa maior instituição de segurança pública do Brasil na elaboração do procedimento licitatório Pregão Eletrônico Edital nº 31/2021, a previsão de que as Algemas Táticas – Item 1 “*tenha um sistema de travas e liberação duplas de segurança (a fim de evitar violações e lesões) para aplicação no punho*”, acaba por direcionar indevidamente o certame, mesmo que de forma intencional, para uma única fabricante do produto “ASP”, a empresa ASP, INC (Armament Systems and Procedures), localizada à 2511 East Capitol Dr. Appleton, WI 54911, Estados Unidos da América, conforme pode ser conferido no sítio eletrônico da mesma: <https://www.asp-usa.com/collections/chain-handcuffs/products/ultra-cuffs-chain-aluminum-bow?variant=4846166278185>.

Essa exigência no instrumento convocatório contraria à própria essência da licitação que é garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame ao maior número possível de concorrentes.

Assim, as regras da licitação determinadas no Edital devem permitir a participação do maior número possível de participantes, impondo somente as condições necessárias para que as propostas se adequem às necessidades da Administração Pública.

O princípio da competitividade é princípio atinente somente à licitação, e está diretamente ligado ao princípio da isonomia. Ora, manter as condições para que haja uma competição isenta de dirigismos, preferências escusas ou interesses dissociados da coisa pública é, em primeira instância, cuidar para que essas condições de participação do certame sejam equânimes para todos os interessados. Simplesmente, podemos afirmar que não há competição sem isonomia e não há isonomia sem competição.

Nesse sentido, determina o § 1º, do 3º da Lei nº 8.666/93, que:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Como se observa do acima transcrito, a norma é bastante abrangente em seu dispositivo, usando nada mais que sete verbos, no infinitivo e conjugados (admitir, prever, incluir, tolerar, comprometer, restringir e frustrar), para coibir quaisquer atividades que tenham por meta direta ou indireta afetar o caráter competitivo do certame licitatório.

O § 1º, do art. 3º, abriga proibição expressa ao Administrador de prever ou tolerar, nos editais, cláusulas ou condições que de qualquer forma comprometam o caráter

competitivo do certame. Toshio Mukai ⁴ extrai dessa disposição o princípio da competitividade que:

“Tão essencial na matéria que, se num procedimento licitatório, por obra de conluio, faltar a competição (ou oposição) entre os concorrentes, falecerá a própria licitação, inexistirá o instituto mesmo”.

Ora, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, para que a seleção se aperfeiçoe da melhor forma possível, o que se traduz na seleção mais vantajosa para a Administração Pública, conforme leciona José dos Santos Carvalho Filho⁵:

“Fácil é verificar que, sem a competição, estaria comprometido o próprio princípio da igualdade, já que alguns se beneficiariam à custa do prejuízo de outros.”

Mister se faz ponderar que a disputa apresenta-se como fundamental ao procedimento licitatório, sendo que a ausência de competitividade acarreta a revogação do certame convocatório. Neste sentido, calha trazer a lume o entendimento cristalizado pelo Superior Tribunal de Justiça, no que concerne ao tema, consoante é extraído do aresto coligido:

Ementa: Recurso Ordinário em Mandado de Segurança. Administrativo. Licitação. Modalidade de pregão eletrônico. Revogação. Ausência de competitividade. Possibilidade. Devido processo legal. Observância. Recurso desprovido. [...] 5. A revogação do certame é ato administrativo, exigindo, portanto, a devida fundamentação e motivação (justo motivo para seu desfazimento),

⁴ MUKAI, Toshio. O estatuto jurídico das licitações e contratos administrativos, São Paulo, Saraiva, 1998, p. 16.

⁵ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 27.^a ed. rev. amp. e atual. até 31-12-2013, São Paulo, Atlas, 2014, p. 249.

assim como o cumprimento das disposições legais. 6. O art. 49 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê a possibilidade de revogação do procedimento licitatório, em caso de interesse público, "decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta". Por sua vez, o art. 18, caput, do Decreto 3.555/2000, o qual regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, dispõe que "a autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado". 7. **No caso em exame, o Governador do Estado do Paraná revogou o pregão eletrônico, de forma fundamentada e com supedâneo nos referidos dispositivos legais e em parecer da Assessoria Jurídica da Casa Civil, entendendo pela ausência de competitividade no certame, na medida em que houve a participação efetiva de apenas uma empresa, o que impossibilitou a Administração Pública de analisar a melhor oferta e dar cumprimento ao princípio da proposta mais vantajosa.** 8. **A participação de um único licitante no procedimento licitatório configura falta de competitividade, o que autoriza a revogação do certame. Isso, porque uma das finalidades da licitação é a obtenção da melhor proposta, com mais vantagens e prestações menos onerosas para a Administração, em uma relação de custo-benefício, de modo que deve ser garantida, para tanto, a participação do maior número de competidores possíveis.** 9. "Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido" (RMS 23.402/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 2.4.2008). [...] 11. Recurso ordinário desprovido. (Superior Tribunal de Justiça – Primeira Turma/ RMS 23.360/PR/ Relatora: Ministra Denise Arruda/ Julgado em 17.12.2008). (sem grifos no original)

Neste sentido, citamos a seguinte deliberação do Tribunal de Contas da União - TCU:

Observe rigorosamente as disposições contidas no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 3º da Lei 8.666/1993, obedecendo aos princípios constitucionais da publicidade, da igualdade, da isonomia e da impessoalidade, de modo **a impedir restrições à competitividade**. Acórdão 819/2005-Plenário (grifo nosso)

Inclusive a restrição de competição configura-se como crime previsto no art. 90 da Lei 8.666/9, a saber:

Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

A esse respeito o Superior Tribunal de Justiça - STJ se posicionou no seguinte sentido:

“Basta à caracterização do delito tipificado no artigo 90 da Lei nº 8.666/93 ("Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação: Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa) que o agente frustre ou fraude o caráter competitivo da licitação, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, com o intuito de obter vantagem decorrente

da adjudicação do objeto do certame.” (STJ, HC 45.127/MG, julgado em 25/02/2008).

Importante também recordar que o art. 83, da Lei nº 8.666/93, estabelece que:

“Os crimes definidos nesta Lei, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo”.

Pelo Princípio da Vantajosidade e Economicidade, presume-se como sendo prerrogativa da Administração Pública a congregação do maior número possível de concorrentes, viabilizando agregar preço e qualidade aos serviços, como aspectos que interagem e se complementam, promovendo, desta forma, maior competitividade entre os participantes e opções para o órgão licitante em adequar suas possibilidades e necessidades junto ao serviço licitado.

Nesse ínterim, faz-se mister assinalar que o legislador, mediante o artigo 3º, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93, prescreve, também, a observância do princípio da competitividade, por considerá-lo, sem dúvida, essencial em certames da espécie de que se cogita, porquanto se faltar a competição entre os que deles participam, a própria licitação perderá sua razão de ser, que é a de conseguir para o Poder Público a proposta que lhe seja mais vantajosa.

Assim, qualquer exigência no edital deve ser aplicada em conformidade com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, inerentes à Administração Pública, buscando seu único fim, qual seja, a participação ampla das interessadas nos processos licitatórios promovidos pela Administração Pública, e não restringir esta participação. Afinal, somente desta forma estar-se-á assegurando uma conduta justa e ilibada da Administração na prática de seus atos.

Consta no Estudo Técnico Preliminar nº 60/2020, junto aos documentos do certame, que a área técnica requisitante justifica que as algemas tenham sistema de travas e liberação em ambos os lados *“...tendo em vista que o policial quando da contenção do preso, muitas vezes, em situações de stress ou mesmo em condições adversas (nervosismo) do próprio conduzido, o policial não tem condições de fazer a algemação conforme preceituado nas aulas de Abordagem ministradas pelo SEOP/DIDH/COEN/ANP, na qual considera-se que o preso seja colaborativo com o policial. Nisto, as algemas ficam dispostas com os mecanismos de abertura voltados para cima. Já no caso em que não haja condições de se fazer uma algemação bem feita, o que é perfeitamente possível, os mecanismos em ambos os lados da alga facilitam sobremaneira o serviço do policial na hora da retirada dessas algemas, o que acarreta um maior conforto e segurança também para o conduzido.”*.

No entanto, não se vê nos autos quaisquer notícias e em qualquer meio de que as tradicionais algemas tenham causado algum transtorno/aborrecimento ou risco as atividades policiais quando da algemação de conduzidos. Tampouco existem elementos técnicos estatísticos ou de sindicâncias/processos administrativos policiais essenciais no Estudo Técnico que concluam que as algemas até então utilizadas não prestam para a finalidade as quais foram criadas.

Ora, as Algemas foram criadas para manter o conduzido imobilizado, e para isso, precisa ser resistente e não prática ou de fácil abertura, muito pelo contrário, as técnicas de algemação foram criadas para dificultar a abertura pelo conduzido, por esse motivo, a técnica pede que a abertura da chave esteja sempre voltada para cima para dificultar a abertura pelo transportado.

Optar pelo uso de produto de um único fabricante e ainda internacional, tira as chances de uma indústria nacional que tenha um produto de excelência, aprovado em todas

as normas mundiais e que proporciona a mesma finalidade que é algemação de conduzido e a dificuldade na abertura do equipamento pelo mesmo ou por terceiros.

Por fim, se concretizada a compra do material especificado no edital, custaria ao erário em torno de uns US\$ 35,00 (trinta e cinco dólares americanos), em torno de R\$ 193,90 (cento e trinta e nove reais) sem contar com os custos do Imposto de Importação e o Frete.

c) Falta da exigência de atestado de capacidade técnica operacional, que exige o inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/93, em razão da alta complexidade e recursos despendidos na licitação.

Rememore-se que, nos termos do art. 3º e §1º, I, da Lei nº 8.666/93, “a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração”, sendo, assim, “vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo”.

Isto não significa que a ampliação do número de participantes pode ser implementada indiscriminadamente de modo a comprometer a segurança dos contratos, visto que pode gerar prejuízos ao erário público.

Com efeito, a prática licitatória revela inúmeros casos de empresas que não lograram êxito em prestar adequadamente os serviços para os quais foram contratados. Assim, para salvaguardar o interesse público o art. 37, XXI, da Constituição Federal autorizou a Administração, em processos de licitação pública, a estabelecer “exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Por sua vez, a jurisprudência dos Tribunais de Contas e do Superior Tribunal de Justiça foram além e passaram a admitir expressamente a possibilidade de exigências de *quantitativos mínimos* e *prazos máximos* para fins de comprovação da capacitação técnica, desde que compatível com a dimensão e complexidade do objeto⁶.

Nesse contexto, entende-se que a melhor inteligência do art. 30, *caput*, inciso II, da Lei nº 8.666/93 orienta no sentido de que a Administração tem o dever de analisar a compatibilidade dos requisitos de *qualificação técnica* com o objeto a ser executado.

Diante disso, e da complexidade do objeto e vulto de recursos públicos que possam a ser envolvidos na contratação, a Administração, de acordo com a lei e a jurisprudência dominante deve exigir da empresa vencedora do certame atestados de capacidade técnica, com quantitativos mínimos afim de comprovar que a futura contratada tem *nohall* para cumprir com as obrigações contratuais perante a Administração Pública.

IV – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO CONHECIDA, e no mérito julgada PROCEDENTE, com efeito para:

- Seja corrigido o edital em relação ao tipo de material da algema, uma vez que o “*aço inoxidável AISI 1020*”, não se tratada de inoxidável, mas de carbono 1020 que é inferior; e
- Seja retirado do edital a previsão de que as Algemas Táticas – Item 1 “*tenha um sistema de travas e liberação duplas de segurança (a fim de evitar violações e lesões) para aplicação no punho*”, tendo em vista que ilegalmente direciona o certame a produto de uma única empresa estrangeira fabricante; e

⁶ STJ - REsp 466.286/SP, 2ª T., Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. em 07.10.2003, DJ de 20.10.2003; TCU – Decisão 285/2000 – Plenário, Rel. Min. Humberto Souto.

- Seja exigida a apresentação de atestados de capacidade técnica, com quantitativos mínimos afim de comprovar que a futura contratada tem *nohall* para cumprir com as obrigações contratuais perante a Administração Pública, conforme dispões a lei e a jurisprudência dominante.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Curitiba, 20 de outubro de 2021.

ADRIANO MEDEIROS FONTANELLI
OAB/PR 61.703

Enc: Pedido de esclarecimento - pregão 31/2021

DLOG - Serviço de Compras CGAD

qui 21/10/2021 08:35

Sent Items

Para: angelica.ada@gmail.com <angelica.ada@gmail.com>; Angelica Duarte de Aguiar <angelica.ada@pf.gov.br>; Flavio Alves Carlos <flavio.fac@pf.gov.br>; aandua6@gmail.com <aandua6@gmail.com>; Neusa Rejane Pinheiro de Carvalho Haltenburg <rejane.nrpch@pf.gov.br>;

Prezados, bom dia!

Encaminho pedido de esclarecimento ao Edital do Pregão Eletrônico 31/2021, cujo objeto é a aquisição de acessórios táticos policiais a fim de compor um Kit Policial para cada policial federal em atividade, lotados tanto nas fronteiras como nas unidades regionais e centrais, para análise e manifestação.

Atenciosamente,

Camila Franco
Administradora
SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

De: Armada TáticosAventura <armadataticos@gmail.com>

Enviado: terça-feira, 19 de outubro de 2021 21:39

Para: DLOG - Serviço de Compras CGAD

Assunto: Pedido de esclarecimento - pregão 31/2021

pregão eletrônico n. 31/2021
processo administrativo n.08200.000391/2020-70

Prezado(a),

Solicitamos esclarecimento sobre o prazo de entrega dos bens:

O termo de referência estabelece prazo de 60 dias para a entrega, a partir do recebimento de ordem de fornecimento. Contudo, não identificamos no documento nada sobre a possibilidade de prorrogação do prazo.

Nossa fabricante possui uma capacidade produtiva de 2.000 (mil e quinhentas) peças por mês.

Perguntamos se, no caso de ordens de fornecimento que excedam a quantia de 4.000 (quatro mil) unidades, e em casos fortuitos ou de força maior, haverá possibilidade de concessão de prorrogação do prazo de entrega.

Atenciosamente,

Armada Artigos Militares LTDA
26.645.437/0001-76



(61)3036-3080

Enc: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO PE 031/2021

DLOG - Serviço de Compras CGAD

qui 21/10/2021 08:52

Sent Items

Para: angelica.ada@gmail.com <angelica.ada@gmail.com>; Angelica Duarte de Aguiar <angelica.ada@pf.gov.br>;
aandua6@gmail.com <aandua6@gmail.com>; Flavio Alves Carlos <flavio.fac@pf.gov.br>; Neusa Rejane Pinheiro de Carvalho
Haltenburg <rejane.nrpch@pf.gov.br>;

Prioridade: Alta

 1 anexos (247 KB)

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO - POLICIA FEDERAL PE 31.pdf;

Prezados, bom dia!

Encaminho pedido de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico 31/2021, cujo objeto é a aquisição de de acessórios táticos policiais a fim de compor um Kit Policial para cada policial federal em atividade, lotados tanto nas fronteiras como nas unidades regionais e centrais, para análise e manifestação.

Atenciosamente,

Camila Franco
Administradora
SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

De: licitacao@formalta.com <licitacao@formalta.com>

Enviado: quarta-feira, 20 de outubro de 2021 18:33

Para: DLOG - Serviço de Compras CGAD

Cc: cn.motta@formalta.com

Assunto: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO PE 031/2021

Boa tarde

Segue em anexo pedido de impugnação do edital pregão nº031/2021.

Carlos Augusto

21 96468-0527

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA POLICIA FEDERAL – COORDENAÇÃO
GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 31/2021

REF.: Pedido de Impugnação – INTERPÕE.

FORMALTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS MILITARES EIRELI-EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro – RJ, sita à RUA BULHÕES MARCIAL N 93 – CORDOVIL, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.514.575/0001-58, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, com fulcro no art. 24. do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e, principalmente, do ITEM 24, DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, apresentar a **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** do PREGÃO ELETRÔNICO em epígrafe, pelos fundamentos demonstrados nesta peça.

I - TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que a sessão pública eletrônica está prevista para 25 de Outubro de 2021, tendo sido, portanto, cumprido o prazo previsto no edital, ITEM 24 do Pregão em referência:

Decreto nº 10.024:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Edital do Pregão Eletrônico nº: 31/2021

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail secom.cgad.dlog@pf.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Edifício sede da Polícia Federal, 1º andar sala 110, setor Autarquias Sul (SAUS) Quadra 06, lote 9/10, Brasília-DF, CEP 70.037-90, Serviço de compras da de Administração e Logística Policial – SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF.

II - OBJETO DA LICITAÇÃO

O Pregão Eletrônico em referência tem por objeto a aquisição, por sistema de registro de preços, de acessórios táticos policiais a fim de compor um kit policial para cada policial federal em atividades lotado tanto nas fronteiras como nas unidades regionais e centrais, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Edital e seus anexos, em especial ao item 10 – **DISTINTIVO DA POLICIA FEDERAL**.

De fato, um dos itens ora licitados é o **DISTINTIVO DA POLICIA FEDERAL em metal, “e) brasão em metal zamak da Polícia Federal dourado, em alto relevo com alta definição nos detalhes com dimensões 7,5 cm altura por 5,5 cm de largura, f) pintura a base de poliuretano ou similar resistente a abrasão e fotodegradação g) verniz de proteção de pintura de brasão.”**, item que tem seu acabamento dourado (GALVANOPLASTIA) no qual o tratamento a ser utilizado em sua fabricação, está sujeita

as normas de controle ambiental e licenciamento de produtos controlados potencialmente poluidores.

Trata-se de atividade potencialmente poluidora, de acordo com o constante do Anexo I da Resolução CONAMA nº 237, de 22/12/1997, publicada no Diário Oficial da União nº 247, de 22/12/1997.

III - DOS FATOS E FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

A Impugnante, ao proceder à análise do mencionado ato convocatório, constatou a existência de algumas irregularidades que necessitam obrigatoriamente serem excluídas e/ou alteradas, visando, acima de tudo, e em estrita observância aos princípios norteadores das licitações, resguardar o regular prosseguimento do procedimento licitatório e o bem público.

O Edital do Pregão em epígrafe deixou de exigir, para os itens metálicos (DISTINTIVOS), oriundos da transformação de metais realizada pela indústria metalúrgica, a necessária e obrigatória licença ambiental, conforme especificado na Resolução CONAMA nº 237, de 22 de dezembro de 1997, como condição de habilitação ao certame licitatório:

Resolução CONAMA 237/1997:

Art. 2º. A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis. (grifos nosso)

Ressaltamos que, para o caso em questão, trata-se de atividade, cujo o enquadramento está elencado no item 3 do anexo I do Conama 237/1997, como Indústria Metalúrgica, inclusive GALVANOPLASTIA, pois para realizar o processo de fabricação de artigos em metal, conforme especificações descritas no termo de referência do edital, se faz obrigatório o uso de banhos de cromo, níquel, ouro, cobre, entre outros. Por conta disso, a licença ambiental

deverá conter em sua descrição de atividade principal, as atividades de galvanoplastia para que seja resguardado o cumprimento das obrigações do fabricante perante o meio ambiente.

Outro ponto que é importante destacar, é que as atividades de tratamento de superfície pelo processo de galvanoplastia, utilizam-se produtos químicos, como por exemplo, ácido clorídrico, ácido sulfúrico, permanganato de potássio, entre outros, sujeitos a controle e fiscalização da POLÍCIA FEDERAL, nos termos previstos na Lei 10.357, de 27 de Dezembro de 2001 e na portaria nº 240, de 12 de março de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Sendo assim, é obrigatório a apresentação da Licença de Funcionamento (CLF), emitida pela Polícia Federal.

➤ **LEI N° 10.357, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001**

Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.

➤ **PORTARIA N° 240, DE 12 DE MARÇO DE 2019**

Estabelece procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos e define os produtos químicos sujeitos a controle pela Polícia Federal.

Conforme acima exposto, a empresa do ramo do objeto licitado deverá:

- O licitante vencedor deverá apresentar Licença Ambiental expedida pelo órgão ambiental da sede do licitante, para os serviços, **de galvanoplastia**, objeto deste certame. Conforme Anexo 1, Resolução CONAMA nº 237/97;
- O licitante deverá entregar juntamente com a licença ambiental, o CERTIFICADO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO – CLF, da POLÍCIA FEDERAL e o CERTIFICADO DE REGISTRO DE PRODUTOS CONTROLADOS PELO EXÉCITO.

Inclusive segundo a fonte: Dinâmica Despachante e Sindplast a saber,

“O LICENCIAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS

Quem precisa ter: Todas as pessoas físicas e/ou jurídicas que exercem atividades relacionadas a fabricação, utilização industrial/comercial, transporte, manuseio, exportação/importação, desembaraço alfandegário, armazenamento, comércio e o tráfego de produtos controlados em todo território brasileiro, são obrigadas a regularizar suas atividades junto aos órgãos competentes.

Qual a lei que exige: Lei federal n 10.357/2001. Portaria n° 1.274/2003. Decreto estadual n° 6.911/1.935. Comunicado DOE/2003. Decreto Federal n° 3.665/2000. (R-105) e Lei Estadual n° 15.266/2013.

Quais órgãos fiscalizam:

Ministério do Exército Brasileiro:

Visa o controle de produtos químicos, com a finalidade de evitar os riscos de explosão ou fabricação de bombas e armas de destruição em massa.

-Policia Federal:

Visa o controle e fiscalização de produtos químicos, com a finalidade de coibir o uso indevido que possam ser destinados à elaboração de drogas ilícitas de substâncias entorpecentes, psicotrópicas que causam dependência física ou psíquica.

- Policia Civil:

Visa licenciar e fiscalizar quaisquer atividades de produtos controlados.

Fonte: Dinâmica Despachante e Sindplast”

IV - DO DIREITO

O atendimento de requisitos previstos em lei especial é uma obrigação das empresas do ramo do objeto ora licitado, sendo assim, não constitui uma condição restritiva ao caráter competitivo do certame, pois o fato de determinada empresa não possuir o certificado em questão, tão somente caracteriza a desobediência aos ditames legais, condição essencial para a validade de qualquer procedimento licitatório.

Nesta seara, mister se faz ressaltar que a Lei Federal nº 8.666/93, materializa, entre outros, determinados princípios, de forma expressa e imperativa, não podendo o administrador furtar-se a observá-los integralmente, sob pena de responsabilidade nos termos da legislação em vigor. Com efeito, assim dispõe o referido Diploma Legal, verbis:

*Art. 3.º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a **selecionar a proposta mais vantajosa** para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório** (desde que observados os pré-requisitos formais e materiais exigidos em lei), do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos. (grifos nosso)*

A presente impugnação apresenta questão pontual que vicia o ato convocatório caso o vencedor não possua os requisitos comprovando a qualificação técnica da futura contratada, conforme previsto no inciso IV do art. 30 da Lei nº 8.666/93, bem como o atendimento dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, previstos na Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010:

Lei nº 8.666/1993:

[...]

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

IV - prova de atendimento de **requisitos previstos em lei especial**, quando for o caso. [...]

Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010:

Art. 1º. Nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica

e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

Art. 2º. Para o cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa, o instrumento convocatório deverá formular as exigências de natureza ambiental de forma a não frustrar a competitividade. (grifos nosso)

Faz-se oportuno também destacar que, de acordo com o Acórdão nº 247/2009-TCU-Plenário, restou assente que “o cumprimento da legislação ambiental deve ser verificado ainda na fase de habilitação dos licitantes, conforme os artigos 28, inciso V, e 30, inciso IV, da Lei 8.666/1993 [...]. A lei não previu outro momento para se exigir o cumprimento de leis específicas (como as ambientais), nem para aquelas que impõem o cumprimento de certas condições para o funcionamento da licitante”.

Podemos, ainda, mencionar a licitação realizada pela DIRETORIA DE ABASTECIMENTO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO, que em seu Pregão 25/2020, cujo objeto era similar ao em lide, estabeleceu a mesma exigência (Item 9.8.3); e o GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – CASA CIVIL, que em seu pregão nº 19/2020 cujo o objeto era similar ao em lide, também estabeleceu a mesma exigência (Item 11.6.3), entre outros:

- GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA

Pregão nº 02/2021 – Uasg: 120001

- POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Pregão nº 06/2021 – Uasg: 925621

- SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA – TO

Pregão nº 029/2021 – Uasg: 925957

- SECRETARIA GERAL DO EXÉRCITO – SGEX

Pregão nº 01/2021 – Uasg: 160090

- POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Pregão nº 18/2021 – Uasg: 120195

Todos os órgãos listados a cima, exigiu tanto a licença ambiental, quanto o certificado de licença de Funcionamento (CLF), emitido pela Polícia Federal.

V - DO PEDIDO

Em síntese, requer sejam analisados os pontos detalhados nesta impugnação, com a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

Entende-se por correção do ato convocatório a inclusão da exigência de apresentação da licença ambiental válida com GALVANOPLASTIA, nos termos da Resolução CONAMA nº 237/1997 e a Licença de Funcionamento (CLF), emitida pela Polícia Federal e Ministério do Exército como documentação relativa à qualificação técnica dos licitantes.

a) Licença ambiental válida – Licença de Operação (LO) –, emitida em nome do fabricante do produto, conforme artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e art. 2º, caput e § 1º, e Anexo da Resolução CONAMA 237/1997; e

b.1. A licença ambiental supracitada se refere a Licença Ambiental com galvanoplastia, considerando a aderência da referida atividade ao objeto a ser licitado.

c. Certificado de Licença de Funcionamento (CLF), emitido pela Polícia Federal, em atendimento à Lei 10.357, de 27 de dezembro de 2001, ao Decreto 4.262, de 10 de junho de 2002 e à Portaria MJSP 240/19, de 12 de março de 2019.

d. Alvará de Produtos Controlados correspondente à(s) atividade(s) do licitante e Certificado de Vistoria, ambos emitidos pela Polícia Civil, se exigível, de acordo com a legislação Estadual relativa ao local de domicílio da empresa.

e. Certificado de Registro de produtos controlados pelo Exército

e. Caso o licitante se caracterize apenas como comerciante, deverá buscar junto ao fabricante do item ofertado a documentação supra mencionada e apresentá-la conforme os termos previstos no Edital.

Tendo em vista que a sessão pública eletrônica está designada para 25/10/2021, requer, ainda, seja conferido efeito suspensivo à esta impugnação, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos problemas ora apontados. Caso contrário, há o iminente risco de todo o ritual do artigo 4.º da lei 10520/2002 ser considerado inválido, considerados os equívocos no edital ora apontados, com desperdício da atividade ocorrida na sessão pública, incluindo avaliação das propostas e dos documentos de habilitação.

Requer, caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, seja mantida a irresignação da ora impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

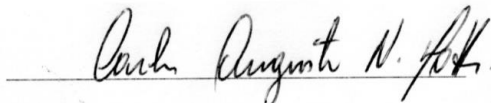
Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro – RJ, 20 de Outubro de 2021.

CARLOS AUGUSTO NOGUEIRA MOTTA

Diretor



02.514.575/0001-58
FORMALTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DE ARTIGOS MILITARES LTDA.
Rua Bulhões Marcial, nº 93
Cordovil - CEP 21.250-371
Rio de Janeiro

Enc: SOLICITAÇÃO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO ITEM 01PREGÃO ELETRÔNICO 31 2021

DLOG - Serviço de Compras CGAD

qui 21/10/2021 08:38

Sent Items

Para: angelica.ada@gmail.com <angelica.ada@gmail.com>; Angelica Duarte de Aguiar <angelica.ada@pf.gov.br>;
aandua6@gmail.com <aandua6@gmail.com>; Flavio Alves Carlos <flavio.fac@pf.gov.br>; Neusa Rejane Pinheiro de Carvalho
Haltenburg <rejane.nrpch@pf.gov.br>;

Prezados, bom dia!

Encaminho pedido de esclarecimento ao Edital do Pregão Eletrônico 31/2021, cujo objeto é a aquisição de de acessórios táticos policiais a fim de compor um Kit Policial para cada policial federal em atividade, lotados tanto nas fronteiras como nas unidades regionais e centrais, para análise e manifestação.

Atenciosamente,

Camila Franco
Administradora
SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

De: Edital Miguel Hernandez <edital@miguelhernandez.com.br>

Enviado: quarta-feira, 20 de outubro de 2021 16:28

Para: DLOG - Serviço de Compras CGAD

Assunto: SOLICITAÇÃO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO ITEM 01PREGÃO ELETRÔNICO 31 2021

Boa tarde, Senhores !

Na pretensão de participação no Pregão eletrônico 31/2021

Processo Administrativo nº 08200.000391/2020-70

Venho por meio deste solicitar um pedido de esclarecimento do referido pregão, do item 01.

Onde no Termo de Referência solicita **Algemas feitas em aço inoxidável AISI 1020.**

A liga AISI 1020 de Aço não é INOXIDAVEL, nem a AISI 1045.

Geralmente as ligas de Aço INOX mais utilizadas são as 304, ou 430.

O descritivo do Termo de Referência apresenta uma incongruência técnica.

Solicitamos esclarecimentos sobre o item.

Ou até mesmo se podemos utilizar as ligas AISI 304 ou AISI 430.

Para que assim possamos em ofertar o nosso melhor valor para a Administração Pública.

Desde já agradeço.

Atenciosamente.,



Jeanine Tottenham
Licitação

(11) 4605-2508 | Ramal: 1017

(11) 99974-9477

edital@miguelhernandez.com.br

Enc: IMPUGNAÇÃO - EDITAL N. 31/2021

DLOG - Serviço de Compras CGAD

qui 21/10/2021 08:56

Sent Items

Para: angelica.ada@gmail.com <angelica.ada@gmail.com>; Angelica Duarte de Aguiar <angelica.ada@pf.gov.br>;
aandua6@gmail.com <aandua6@gmail.com>; Flavio Alves Carlos <flavio.fac@pf.gov.br>; Neusa Rejane Pinheiro de Carvalho
Haltenburg <rejane.nrpch@pf.gov.br>;

 8 anexos (13 MB)

15.1.a. Doc. Fernanda.pdf; 15.1.a. Doc. Guilherme.pdf; 15.1.a. Procuração Fernanda.pdf; 15.1.a. CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO.pdf;
Edital MJ - modelo.pdf; Edital COLOG modelo.pdf; Edital PRF modelo.pdf; IMPUGNAÇÃO - PE 312021.pdf;

Prezados, bom dia!

Encaminho pedido de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico 31/2021, cujo objeto é a aquisição de de acessórios táticos policiais a fim de compor um Kit Policial para cada policial federal em atividade, lotados tanto nas fronteiras como nas unidades regionais e centrais, para análise e manifestação.

Atenciosamente,

Camila Franco
Administradora
SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

De: Fernanda Machado Mendes <fernanda.mendes@invictus.com.br>

Enviado: quarta-feira, 20 de outubro de 2021 19:04

Para: DLOG - Serviço de Compras CGAD

Cc: Felipe Rocha Zamuner

Assunto: IMPUGNAÇÃO - EDITAL N. 31/2021

Prezados,

Encaminho anexo impugnação ao edital n. 31/2021, bem como documentos comprobatórios.

- Impugnação
- Procuração
- Contrato Social
- Doc. Fernanda
- Doc. Guilherme
- Editais semelhantes retirados do Comprasnet

Por gentileza, confirmar o recebimento do presente.

Nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas acerca do documento apresentado.

11/11/2021 13:54

Email – secom.cgad.dlog@pf.gov.br

Atenciosamente,

**ILMO. SR. PREGOEIRO DA POLÍCIA FEDERAL RESPONSÁVEL PELO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2021**

Objeto: *Aquisição de acessórios táticos policiais a fim de compor um kit policial para cada policial federa em atividade, lotados nas fronteiras como nas unidades regionais e centrais.*

UNIÃO SUPRIMENTOS MILITARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 13.992.333/0001-96, estabelecida à Av Governador Adolfo Konder, 705, Bloco 01 Armz 07, Cidade Nova, Itajaí/SC – CEP: 88.308-004, por sua procuradora que abaixo subscreve, vêm **IMPUGNAR** o edital de Pregão Eletrônico em epígrafe, pelos motivos que a seguir expõe:

I - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

A presente impugnação ao edital tem fundamento no art. 24, do Decreto 10.024/2019:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

De igual forma, o instrumento convocatório prevê em seu item 24.1:

- 24. 24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail secom.cgad.dlog@pf.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: SERVIÇO DE COMPRAS da Coordenação de Administração e Logística Policial – SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF – localizado no Edifício Sede da Polícia Federal, 1º Andar, Sala 110, Setor de Autarquias SUL (SAUS) – Quadra 6, Lotes 9/10, Brasília/DF, CEP 70.037-90.
- 24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

Ou seja, de acordo com a lei e as disposições editalícias, os eventuais proponentes poderão até o terceiro dia útil antecedente a abertura dos envelopes apresentar impugnação ao edital. Desta forma, considerando que a abertura da sessão

está prevista para o dia 25/10/2021 (Segunda-feira), o prazo final para protocolo é dia 20/10/2021 (Quarta-feira).

Outrossim, a Impugnante resta resguardada pelo direito de petição positivado na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso XXXIV:

[...] XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; (grifo nosso).

Portanto, a impugnação apresentada na presente data é válida e produzirá efeitos jurídicos, razão pela qual requer seja recebida a presente com ulterior análise e publicação de decisão devidamente fundamentada.

II - DOS MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO

1) DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE CAPACIDADE TÉCNICA DAS EMPRESAS LICITANTES

Cumpre-nos consignar inicialmente, que o presente processo licitatório se trata de aquisição de acessórios táticos policiais, conforme tabela a seguir:

ITEM	OBJETO	Quant. Gerenciador PF	Quant. Participante PRF	Quant. Participante PCRR	Quant. Participante PMDF	Quantitativo Total	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
1	Algema Tática Policial	12893	10.126	1000		24.019	315,67	7.582.077,73
2	Porta-Algemas	12893	11.692	1000		25.585	98,47	2.519.354,95
3	Lanterna Tática com Porta Lanterna	12893	11.506	1000		25.399	499,00	12.674.101,00
4	Cinto Modular Operacional	12893		1000		13.893	239,00	3.320.427,00
5	Coldre Velado/Discreto Para Pistolas Glock (G17, G19 e G26)	14071	13.762		550	28.383	322,43	9.151.530,69
6	Porta Carregador Velado (Pistolas G17, G19 e G26)	14071	13.678		550	28.299	141,65	4.008.553,35
7	Porta Carregador de Fuzil 5.56	919				919	239,08	219.714,52
8	Porta Carregador de Submetralhadora HK MP5	2474				2474	82,43	203.931,82
9	Porta Munição de Espingarda Cal.12	551				551	279,66	154.092,66
10	Distintivo da Polícia Federal	12893		1000		13.893	187,00	2.597.991,00
11	Bolso Multifuncional	12893				12.893	279,57	3.604.496,01
12	Mochila Tática Preta	12893		1000		13893	1.764,74	24.517.532,82

Denota-se da tabela acima que se trata de licitação de grande vulto,

considerando o quantitativo de cada item a ser fornecido, assim como o valor total da contratação que é de R\$ 70.553.803,23 (setenta milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, oitocentos e três reais e vinte e três centavos).

Dito isto, causa-nos estranheza que o instrumento convocatório em referência não faça qualquer exigência para qualificar os licitantes participantes do presente certame.

Isto porque, muito embora o edital em seu item 9.8 disponha que “*as empresas nacionais e estrangeiras deverão apresentar qualificação técnica na forma prevista no Termo de Referência*”, não foi localizado no referido termo, qualquer exigência relacionada à qualificação técnica das empresas proponentes.

De forma mais específica, a falta de exigência de comprovação de qualificação técnica, pelas empresas interessadas, principalmente diante da complexidade técnica do objeto e grande vulto da contratação, poderá causar sérios prejuízos à esta Administração, tendo em vista a possibilidade de contratação de empresas aventureiras e sem qualquer experiência prévia ou capacidade produtiva para o fornecimento dos itens licitados.

A jurisprudência e a doutrina são razoavelmente consensuais no entendimento de que a exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica e a capacidade econômico-financeira das licitantes, desde que compatíveis com o objeto a ser licitado, não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração.

Cabe destacar que tal obrigação, não é mera formalidade e está sempre subordinada a uma utilidade real, ou seja, deve ser a mínima exigência capaz de assegurar, com algum grau de confiança, que a empresa futuramente contratada será capaz de fornecer os bens adquiridos.

Neste sentido, a documentação a ser fornecida deve guardar relação com o objeto pretendido no sentido de que aquisições mais simples demandarão menos comprovações e, *contrario sensu*, as mais complexas exigirão mais salvaguardas.

Considerando o valor da presente contratação e o quantitativo estimado, é temerária a dispensa de exigência relacionado à qualificação técnica no presente processo licitatório, posto que o objeto do pregão demanda que a contratada tenha capacidade de suportar a produção dos quantitativos em referência, bem como detenha capacidade financeira para suportar os custos da referida contratação.

Diante disso, considera-se imprescindível que sejam requeridos atestados de capacidade técnica, com fundamento no inciso II, do art. 30 da Lei 8666/93, que comprovem a aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente.

Não se objetiva restringir a participação de licitantes na presente contratação, mas tão somente garantir que os licitantes proponentes tenham o mínimo de condições para fornecerem o objeto contratado, salvaguardando esta Administração de licitações mal-sucedidas.

É usual e razoável, que sejam exigidos dos proponentes atestados de capacidade técnica compatíveis (*e não idênticos!*) ao objeto da contratação, estabelecendo um percentual mínimo (normalmente de 10%-20% do quantitativo estimado) para referida comprovação, consoante se observa dos editais modelos anexos à presente impugnação.

Aliás, são justificativas comuns às contratações deste porte, conforme extraímos do edital n. 07/2021 – COLOG:

17.2 Justificativa dos atestados de capacidade técnica:

17.2.1 As comprovações dos montantes solicitados nos Atestados de Capacidade Técnica, nos casos em que não sejam atendidas somente por um documento, poderão ser resultantes do somatório de 2 (dois) ou mais atestados, de modo que o que será analisado é se a licitante comporta ou já comportou outros fornecimentos de bens e/ou contratos com outras Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, que tenham similaridade para com o item licitado, avaliando, também, se a Licitante tem capacidade de suportar o montante solicitado pelo Edital.

17.2.2 Os dados exigidos da licitante a respeito de licitações ou contratos anteriores, que tenha firmado com Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, tem por escopo resguardar o COLOG nas futuras contratações, no sentido de evitar que empresas sem a devida capacidade técnica aventurem-se em contratações que não possam honrar, prejudicando e/ou retardando as aquisições e/ou contratações do COLOG.

Desta forma, requer-se a inclusão da exigência relativa à comprovação da qualificação técnica, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica pertinentes e compatíveis com o objeto da presente contratação, estabelecendo um percentual mínimo de 10%-20% do quantitativo estimado da presente contratação, em consonância com o estabelecido para contratações de portes similares.

2) DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS LICITANTES

No mesmo sentido do item acima impugnado, constatou-se que as exigências relativas à qualificação econômico-financeira dispostas no edital por si não são capazes de afirmar a boa capacidade financeira das Licitantes, deixando assim a Administração à mercê de empresas que em curto/médio prazo, deixam de honrar com seus compromissos e conseqüentemente abandonam o contrato, ou que sequer possuem a capacidade financeira necessária para iniciar a execução do objeto.

Dito isto, nota-se que o presente instrumento convocatório, principalmente no que tange as exigências relativas à qualificação econômico-financeira, não estão em consonância com a relevância do objeto a ser fornecido, permitindo a contratação de empresas aventureiras sem as qualificações necessárias para o fornecimento dos itens contratados. Vejamos:

O instrumento convocatório dispõe a seguinte exigência relativa à qualificação econômico-financeira:

9.12.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

O edital exige que os licitantes comprovem sua situação financeira através dos índices de Liquidez e Solvência Geral e Liquidez Corrente. No entanto, as exigências nos moldes propostos pela Administração não conseguem, *per si*, demonstrar adequadamente a capacidade financeira das licitantes em executar o presente contrato.

Aliás, esta foi a conclusão do estudo produzido pelo Tribunal de Contas da União, que culminou no Acórdão nº. 1.214/2013, sendo pertinente destacar as considerações empreendidas pelo Grupo de Estudos em questão:

“88. O problema está no fato de que o cálculo de índices contábeis pelo método dos quocientes, tal como disponibilizado no SICAF, por si só, não tem demonstrado adequadamente a capacidade econômico-financeira das licitantes, eis que não a evidenciam em termos de valor. Assim, tem-se permitido que empresas em situação financeira inadequada sejam contratadas.”

Neste sentido, é comumente orientado que a Administração estabeleça em seus editais a exigência disposta no art. 31, § 2º e 3º da Lei 8.666/93, relativa à comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação, senão vejamos:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

[...]

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Veja que a exigência relativa ao patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado para contratação, tem sua razão de ser na medida em que empresas de fornecimento de bens, usualmente detêm os índices contábeis maiores que 01 (um), sendo assim a avaliação da qualificação econômico financeira por meio de outros critérios que expressem valores percentuais, dentro dos limites legais, possibilitariam a Administração melhor avaliar a capacidade financeira das licitantes, conforme exemplo do Acórdão supracitado:

“90. A título de exemplificação, em tese, na avaliação da liquidez corrente, uma empresa com R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) no ativo circulante e R\$ 1,00 (um real) no passivo circulante terá o mesmo índice de liquidez de outra empresa com R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos mil reais) no ativo circulante e R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão) no passivo circulante, qual seja, liquidez corrente igual a 1,5.”

Percebe-se do exemplo acima, que embora tenham os mesmos índices, são empresas com capacidade econômica DISTINTAS.

Portanto, com o intuito de salvaguardar as contratações desta Administração, através da escolha de empresa devidamente capacitada economicamente para o fornecimento dos bens, é imprescindível que seja exigido dos licitantes a apresentação de Patrimônio Líquido Mínimo de 10% do valor estimado para a contratação e dos índices contábeis conjuntamente.

3) DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

Em análise aos critérios de aceitação da proposta estabelecidos no termo de referência, que serão utilizados de forma objetiva para avaliação do objeto proposto



pelas empresas licitantes, a Impugnante como tradicional fornecedora dos itens em questão, relata o que segue:

a) Itens: Porta-algemas, Porta carregador de fuzil 5.56, Porta carregador de Submetralhadora MP5 e Bolso multifuncional

As especificações técnicas dos itens mencionados acima, estabelecem que o material utilizado para confecção seja “Nylon Cordura 1000”. Ocorre que NYLON e CORDURA são marcas/nomes comerciais.

Neste caso, o correto seria especificar o material, no caso: Nylon é o nome comercial da Poliamida, Cordura é o nome comercial de um tecido confeccionado em poliamida 6.6. O “1000” se refere ao título do fio, neste caso, a especificação correta seria 1000D (título 1000 em unidade Denier).

Tal situação é de extrema importância salientar, pois quando da análise dos laudos solicitados, não será possível aferir e comparar os resultados com a especificação do edital, na medida em que não constarão nos relatórios dos laudos os nomes comerciais especificados.

Ademais, no edital, é exigido certificado e laudo, contudo não há qualquer menção a norma a ser utilizada.

Desta forma, como exemplo de requisito, norma e especificação possíveis para este material em questão, podemos citar:

Característica: Composição
Norma: AATCC 20 e AATCC 20A
Especificação: 100% poliamida 6.6

b) Item: Lanterna tática e porta-lanterna

A especificação técnica dos itens “Lanterna tática e porta-lanterna” estabelece uma potência mínima de 500 lúmens.

Neste sentido, lúmens é a unidade de fluxo luminoso no SI (Sistema internacional de Medidas). A unidade de potência é o Watts. Assim, o correto seria alterar a especificação para fluxo luminoso mínimo, ao invés de “potência mínima”.

No edital, é exigido laudo, contudo não faz menção à norma de referência, que neste caso seria: IES LM 79-08.

Do mesmo modo, é exigido laudo para Classificação IP, contudo não há norma mencionada, que neste caso seria: ANBT NBR IEC 60529/2017



c) Item: Cinto Modular Operacional

A especificação técnica do item “Cinto Modular Operacional” estabelece o que sua composição seria de “Tecido 100% poliéster flexível”, requerendo laudo para comprovação deste requisito.

Ademais, no edital, é exigido certificado e laudo, contudo não há qualquer menção a norma a ser utilizada.

Desta forma, como exemplo de requisito, norma e especificação possíveis para este material em questão, podemos citar:

Característica: Composição

Norma: AATCC 20 e AATCC 20A

Especificação: 100% poliéster

d) Item: Coldre velado (Pistolas G17, G19 e G26)

A especificação técnica do item “Coldre Velado” estabelece o que o peso do objeto deveria ser de aproximadamente 90g, podendo chegar ao máximo de 105g.

Contudo, para atender as especificações de material e espessura do coldre e do clipe, e somando-se a eles os pesos dos componentes como porcas e parafusos, o peso mínimo possível para o conjunto montado é de 115g, independente da marca do fabricante.

Ocorre que, caso eventualmente alguma empresa atenda ao peso máximo estabelecido no Termo de Referência, entendemos que certamente haverá uma restrição à competitividade, posto que grande parte das marcas disponíveis no mercado não atendem a esta especificação.

Desta forma, considerando que não haveria prejuízo à aplicação/utilização do item em referência, caso o valor de peso exceda uma faixa de até 30 gramas do valor especificado, tal requisito deveria ser objeto de revisão, para que não haja qualquer restrição indevida, em razão de critério irrelevante.

e) Item: Mochila tática preta

A especificação técnica do item “Mochila tática preta” estabelece que o material

utilizado para confecção é “material 600D”.

Neste caso não há especificação do material, mas tão somente da unidade de título do fio “D”. Seria necessário indicar qual o material utilizado para confecção, bem como qual a norma de referência, uma vez que se exige a apresentação de laudos.

No que tange ao material da mochila, as marcas de referências indicadas no Anexo I do TR, são fabricadas em poliéster.

Desta forma, como exemplo de requisito, norma e especificação possíveis para este material em específico, podemos citar:

Característica: Composição

Norma: AATCC 20 e AATCC 20A

Especificação: 100% poliéster

Dito isto, é possível observar que sem a correção destas informações, torna-se impossível aferir e avaliar de forma OBJETIVA as amostras que serão apresentadas pelos proponentes.

Do mesmo modo, torna-se imperioso avaliar os apontamentos supracitados para que os licitantes possam preparar os seus protótipos e laudos adequadamente.

Por fim, sem a informação das normas de referência, bem como correção dos parâmetros que serão avaliados os laudos técnicos, torna-se impossível para este Órgão avaliar a correspondência do protótipo apresentado com a especificação do objeto que se pretende contratar.

III - FRENTE AO EXPOSTO, REQUER-SE:

- a) o recebimento da presente impugnação, posto que tempestiva, sendo autuada, processada e considerada na forma da lei;
- b) seja adequado o referido edital, com a inclusão da exigência relativa à qualificação técnica da proponente, nos termos do item 1 da presente impugnação;
- c) seja adequado o referido edital, com a inclusão da exigência relativa à qualificação econômico-financeira da proponente, nos termos do item 2 da presente impugnação;
- d) sejam corrigidas as especificações, bem como incluídas as informações relativas às normas de referência, nos termos do item 3 da presente impugnação;
- e) seja a ora Impugnante devidamente informada sobre a decisão desta



Administração, conforme determina a legislação vigente;

Termos em que, pede deferimento.

Itajaí (SC), 20 de Outubro de 2021.

Fernanda Machado Mendes
CPF sob nº 082.549.119-32
OAB/SC 46.544



Avenida Governador Adolfo Konder, 705, BL 01 • Armazém 07,
Cidade Nova, Itajaí • SC • CEP: 88.308-001

invictus.com.br

Enc: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL- EDITAL Nº 31/2021 PROCESSO Nº 08200.000391/2020-70

DLOG - Serviço de Compras CGAD

qui 21/10/2021 08:34

Sent Items

Para: angelica.ada@gmail.com <angelica.ada@gmail.com>; aandua6@gmail.com <aandua6@gmail.com>; Flavio Alves Carlos <flavio.fac@pf.gov.br>; Angelica Duarte de Aguiar <angelica.ada@pf.gov.br>; Neusa Rejane Pinheiro de Carvalho Haltenburg <rejane.nrpch@pf.gov.br>;

📎 1 anexos (588 KB)

IMPUGNAÇÃO AVBDOBRASIL.pdf;

Prezados, bom dia!

Encaminho pedido de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico 31/2021, cujo objeto é a aquisição de de acessórios táticos policiais a fim de compor um Kit Policial para cada policial federal em atividade, lotados tanto nas fronteiras como nas unidades regionais e centrais, para análise e manifestação.

Atenciosamente,

Camila Franco
Administradora
SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

De: Antonio Vilas Boas <antonio.vilas.boas.neto@gmail.com>

Enviado: terça-feira, 19 de outubro de 2021 19:25

Para: DLOG - Serviço de Compras CGAD; hortecio@avbdobrasil.com.br

Assunto: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL- EDITAL Nº 31/2021 PROCESSO Nº 08200.000391/2020-70

Ilustríssimo Sr. Pregoeiro Responsável pelo EDITAL Nº 31/2021 PROCESSO Nº 08200.000391/2020-70 da MJSP – POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE COMPRAS – SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

Pregão Eletrônico nº 31/2021

ANTONIO AMARAL VILAS BOAS NETO, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 355.468.858-40, portador do RG nº 44.053.944-4 SSP-SP, residente e domiciliado na Rua Danilo Mozelli, nº 184, Jundiaí – SP, CEP 13208-27 (“ANTONIO” ou “IMPUGNANTE”), representante legal habilitado AVB DO BRASIL COMERCIAL LTDA, uma sociedade de responsabilidade limitada, CNPJ 15.290.734/0001-2, na cidade de Palhoça, SC, vem apresentar, nos termos do art. 25 do Decreto Estadual nº 33.326/2019, a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, que segue em anexo, devidamente assinadas.

Aguardamos o retorno de V.S^a.

Atenciosamente,

--

Antonio Amaral Vilas Boas Neto

Mobile (TIM): + 55 11 9 8257 7888

Skype: antonioamaralvilasboasneto

Linkedin: br.linkedin.com/in/antioniovilasboas

Enc: Pedido de Esclarecimento

DLOG - Serviço de Compras CGAD

qui 21/10/2021 08:42

Sent Items

Para: angelica.ada@gmail.com <angelica.ada@gmail.com>; Angelica Duarte de Aguiar <angelica.ada@pf.gov.br>;
aandua6@gmail.com <aandua6@gmail.com>; Flavio Alves Carlos <flavio.fac@pf.gov.br>; Neusa Rejane Pinheiro de Carvalho
Haltenburg <rejane.nrpch@pf.gov.br>;

 1 anexos (1 MB)

Esclarecimentos PF (2).pdf;

Prezados, bom dia!

Encaminho pedido de esclarecimento ao Edital do Pregão Eletrônico 31/2021, cujo objeto é a aquisição de de acessórios táticos policiais a fim de compor um Kit Policial para cada policial federal em atividade, lotados tanto nas fronteiras como nas unidades regionais e centrais, para análise e manifestação.

Atenciosamente,

Camila Franco
Administradora
SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

De: José Bento Araújo Júnior <bento.jb2013@gmail.com>

Enviado: quarta-feira, 20 de outubro de 2021 17:13

Para: DLOG - Serviço de Compras CGAD

Assunto: Pedido de Esclarecimento

Saudações

Segue anexado pedido de Esclarecimento

Atenciosamente
Bento Araujo

MD COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA LTDA
CNPJ 20.013.184/0001-31
INSCRIÇÃO ESTADUAL 90689825-00

OFÍCIO Nº 205/2021.

Brasília, 20 de outubro de 2021

Ao Senhor,
Pregoeiro

SERVIÇO DE COMPRAS
Coordenação de Administração e Logística Policial
SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF
Edifício Sede da Polícia Federal, 1º Andar, Sala 110
Setor de Autarquias SUL (SAUS)
Quadra 6, Lotes 9/10
Brasília/DF
CEP 70.037-90.

Assunto: Pedido De Esclarecimento.

Ref: Edital nº 31/2021

(Processo Administrativo nº 08200.000391/2020-70)

Senhor,

Devido à grande demanda de **coldres e porta carregadores** velados para uso de policias que desempenham uma modalidade de policiamento que não necessariamente tenham que ostentar o equipamento, nossa empresa como maior fabricante de equipamentos policiais no Brasil, resolveu a mais de quarenta anos produzir equipamentos para uso velado e para isso, estudamos e analisamos em laboratório credenciado pelo INMETRO o polímero usado pela Glock no frame da arma, visto que esta matéria teria como requisitos mínimos, o máximo de segurança para o policial usuário, pois devia ter uma elasticidade que não fosse extrema pois poderia não aguentar o retrocesso do ferrolho, teria que ter uma dureza que não fosse extrema pois poderia quebrar, e o ferrolho ser lançado para retaguarda, podendo até causar a morte do Policial, poderia causar um pequeno incêndio pois não aguentaria o calor gerado pela explosão da carga de projeção e automação, causando um incidente e até um acidente com causas imprevisíveis ao policiais.

MD COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA LTDA
CNPJ 20.013.184/0001-31
INSCRIÇÃO ESTADUAL 90689825-00

Como respeito aos nossos clientes, resolvemos usar a mesma matéria prima usada pelos fabricantes de armas, para fabricar nossos equipamentos velados. E o que segue são os exames laboratoriais, que são diferentes do que pede o edital.

Primeiramente decidimos não usar PVC em nossa linha de produção em nenhum produto de nossa linha, por ser uma matéria prima altamente corrosiva e proibida na União Europeia, muito nociva aos operadores de nosso maquinário, pois os gases inalados a exemplo do amianto é altamente cancerígeno, isso nos impede de exportar para Oriente Médio, EUA e União Europeia.

Analisamos os lâminas de termo formar, e comprovamos que se trata de PVC, muitas vezes fabricados na China e México, e muitas vezes aceito no Brasil, usando o nome de várias marcas.

Temos como Padrão e referência para nossa marca os melhores produtos fabricados nos EUA e Europa e Israel onde temos uma parceria, e nestes países se usa a Poliamida exceto os fabricantes amadores, a poliamida dentre os polímeros é o que está no topo da escala, tanto é que todas as fabricantes de armas no mundo, de pistolas e fuzis, carregadores, a indústria Naval e Aeronáutica e Espacial lançam mão desta matéria prima, como informação, o Quilo de PVC hoje custa em torno de RS 9,00 enquanto que a Poliamida custa em trono de RS 29,00.

As armas da Glock, da Beretta, da SigSauer, Colt, tanto fuzis como Pistolas e seus acessórios são produzidos em poliamida, Peças internas da caixa de caminhões Volvo, Scania, também são produzidas em Poliamida Nylon.

Vamos pegar alguns exemplos cotidianos a respeito de PVC;

Um pedreiro encanador quando não encontra uma peça para terminar um encanamento de esgoto, ele lança mão em um punhado de jornal, coloca fogo e faz um termo formado de uma bolsa para substituir a peça que faltou, o PVC não pega fogo de imediato, mais, produz gases altamente cancerígeno.

Um policial compra um coldre de PVC e quando este coldre importado supostamente dos EUA, fabricado no México, China ou até mesmo no Brasil de maneira amadora, lança mão de um secador de cabelo e molda o coldre com arma dentro para uma arma que o coldre não era específico, mais os gases gerados são altamente cancerígenos.

Imaginemos um operário em frente uma máquina injetora inalando gases o dia todo para injetar milhares de equipamento para um Organização Policial.

A maioria dos editais que estão sendo lançados no mercado, diz muito respeito ao PVC, mas também deixa aberto para um equipamento superior, mas não muda os parâmetros.

Também diz que aceita um material de melhor qualidade mais diz que a presilha deverá ser de metal, mas nós da indústria sabemos que este metal é perfeitamente substituível por produto melhor, haja visto os fabricantes de arma que substituíram peças importantes de suas armas que antes dos anos 80 eram metais e agora são polímeros (É o caso dos Frames das Pistola e Fuzis e os Carregadores)

São aceitas peças importantes da arma em Poliamida então devem ser aceitos os coldres da mesma matéria prima, altamente superior ao PVC, até porque PVC não se presta ao fabricante de armamento, com alta performance de

MD COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA LTDA
CNPJ 20.013.184/0001-31
INSCRIÇÃO ESTADUAL 90689825-00

segurança, mais sim para produtos muito inferiores no critério segurança.

Pede-se um índice de V 0 (zero) de flamabilidade, e, tão somente pede Laudo do índice de flamabilidade, mais não pede outros laudos, como identificação de Matéria Prima e densidade, O índice zero é o índice com menor propagação do calor, se inserirmos o policial em um ambiente confinado de fogo, num incêndio de viatura ou aeronave, sua pele queimará, sua arma queimará, e o coldre será salvo, e presilha de metal irá acumular tanto calor ao ponto de queimar o cinto e o cós de sua calça, em uma escala perguntamos: qual é mais importante O Policial, a Arma, ou o Coldre? Os três deverão ser salvos, mais em uma escala o Policial está sempre em primeiro lugar em termos de segurança.

Só para informação o PA 6 e PA 6.6, com ou sem percentual de fibra sua flamabilidade vai de zero a dois, esta matéria prima é exatamente A Poliamida usada na fabricação de armas, matéria prima costumeiramente conhecida com o nome de Nylon, com o devido respeito a quem fez este termo o que menos importa em um equipamento é a flamabilidade zero, mais sim de que matéria prima é fabricado o equipamento, também sua densidade é importante, para não quebrar e não danificar a arma, e não causar arrasto no saque com artefatos enganosamente colados dentro do coldre, o coldre por dentro deve ser o máximo espelhado e liso para que o policial não demore em ter que sacar a arma, quando ele já não estiver com a arma em punho.

Mandamos produzir um parafuso com fenda combinada, que serve tanto para chave com fenda cruzada (Philips) com para chave de fenda, nosso coldre, poderá ser perfeitamente regulável com qualquer ferramenta ou utensílio doméstico (faca, canivete, cortador de unha e outros), isto para diminuir o custo e contribuir com a natureza, e para não ter mais uma peça perfeitamente substituível. A não ser que esse item (Chave em “L” sextavada) seja extremamente necessário.

Substituímos nossos manuais por um código QR, para damos a nossa colaboração com a natureza. Qualquer policial tem na mão seu celular com câmera fotográfica.

Nosso intuito não é atrapalhar o procedimento licitatório, mais sim colaborar para que a instituição adquira o melhor e mais seguro para seus policias, queremos participar com nosso equipamento pois sabemos que temos qualidade e preço, de maneira nenhuma queremos tirar os concorrentes dentro das entrelinhas de um edital, sempre a razão que nos move é produzir o melhor devidamente comprovado em laboratório, e no uso diário na mão dos policiais. Requeremos assim, os seguintes esclarecimentos:

1. Requer-se o esclarecimento de qual foi a base ou os estudos, para a determinação da classificação Classificação UL 94 V-0, para os testes de flamabilidade?
2. O termo de referência exige o certificado de flamabilidade como: Classificação UL 94 V-0. O teste trata a respeito da Queimadura vertical UL 94 V-0; onde a queima é interrompida em 10 segundos, NÃO são permitidos gotejamentos em chamas.

MD COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA LTDA
CNPJ 20.013.184/0001-31
INSCRIÇÃO ESTADUAL 90689825-00

Esclarece que são poucos os laboratórios no Brasil devidamente acreditados a realizar o teste, o que pode levar a uma redução indevida nas empresas aptas a participarem do certame.

Requer desta administração o esclarecimento, se serão aceitos outros laudos que comprovem o mesmo nível de segurança que o imposto no teste referido?

3. Quanto ao material; o termo de referência especifica o polivinil acrílico (comummente conhecido como PVC), (Kydex, Holtex ou Baltoron), contudo, ao contrário do previsto para o porta carregador velado, não expressa aceitação à outro polímero de alta resistência, como exemplo a Poliamida.

Hoje, a poliamida é um dos polímeros da mais alta tecnologia utilizados no mercado, inclusive sendo o material utilizado na própria composição das armas da marca GLOCK, conforme laudo técnico anexo.

Em vista à garantia do interesse público, e a manutenção da ampla capacidade de concorrência, requer que seja esclarecido se serão aceitos outros polímeros, de igual qualidade ou superiores, além do polivinil acrílico (PVC)?

4. Requer o esclarecimento quantos as medidas adotadas como referência de onde elas foram retiradas e por qual motivo foi utilizado o sistema métrico inglês (polegadas), e não o sistema métrico adotado no Brasil (centímetros)?

5. Quanto a espessura do material foi colocado os valores, “com espessura entre 0,075” (setenta e cinco centésimos) a 0,085”(oitenta centésimos) de polegada”; o que corresponderia a 0,1905 cm e 0,2159 cm, desta forma a margem de erro corresponde a 0,0254 cm ou 0,254 mm. Uma margem de erro de fabricação, de menos de um milímetro de espessura, para o qual se destina o produto, parece extremamente restritiva a concorrência. Quanto a este ponto requer os seguintes esclarecimentos:

- a. Como foi determinada a espessura mínima e máxima do material?
- b. Como foi determinada a margem de erro utilizada pela administração?
- c. Qual será o equipamento utilizado para fazer a aferição da espessura do material entregue?

6. Quanto ao Clip de fixação, indagasse se poderá ser utilizado outro material além de aço?

7. Requer o esclarecimento se o Clip de fixação deverá ter regulagem de altura em relação ao coldre?

MD COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA LTDA
CNPJ 20.013.184/0001-31
INSCRIÇÃO ESTADUAL 90689825-00

8. Requer o esclarecimento se o Clip de fixação deverá ter regulagem de “rotação” em relação ao coldre, permitindo que se eixo fique reto ou angulado, em relação ao coldre? Qual é o gral de angulação que ele deve atingir?
9. Requer que seja esclarecido se os coldres ofertados poderão ter as mesmas medidas para as três armas?
10. Observa-se no descritivo do “Coldre Velado/Discreto” o seguinte texto: “Obs: Para os demais modelos de pistolas utilizados na Polícia Federal, ou seja, pistolas Glock 9 mm G17 e G26, deverão ser realizados os ajustes proporcionais necessários das medidas acima definidas”. Contudo, em atendimento ao princípio do Julgamento Objetivo Previsto no art. 3º, "caput", bem como no art. 44, § 1º, ambos da Lei nº 8.666/1993, requer a esta administração que esclareça exatamente quais serão as medidas aceitas para as pistolas Glock 9mm G17 e G26.

Sem mais, requeremos que sejam todos os esclarecimentos acima solicitados devida e tecnicamente respondidos.

Permanecemos a disposição desta administração.

Atenciosamente,

Wilson Mainardes de Oliveira
Sócio Administrador
RG 582.234/DF
CPF 151.708.451-20

MD Comércio de Materiais de Segurança Ltda.
CNPJ 20.013.184/0001-31

1 IDENTIFICAÇÃO DA(S) AMOSTRA(S)

As amostras enviadas pelo cliente foram identificadas pela AFINKO de acordo com a Tabela 1. Nas Figuras 1, 2 e 3 podem ser observadas as imagens das amostras como recebidas.

Tabela 1 - Identificação da(s) Amostra(s).

Identificação da AFINKO	Identificação do Cliente
AFK214063	Arma Glock
AFK214064	Pente (carregador)
AFK214065	Arma Taurus
AFK212852	MAYNARD'S
AFK212853	SAFARILAND



Figura 1 - Imagens da Amostra AFK214063.

Relatório de Ensaio AFK1843/21

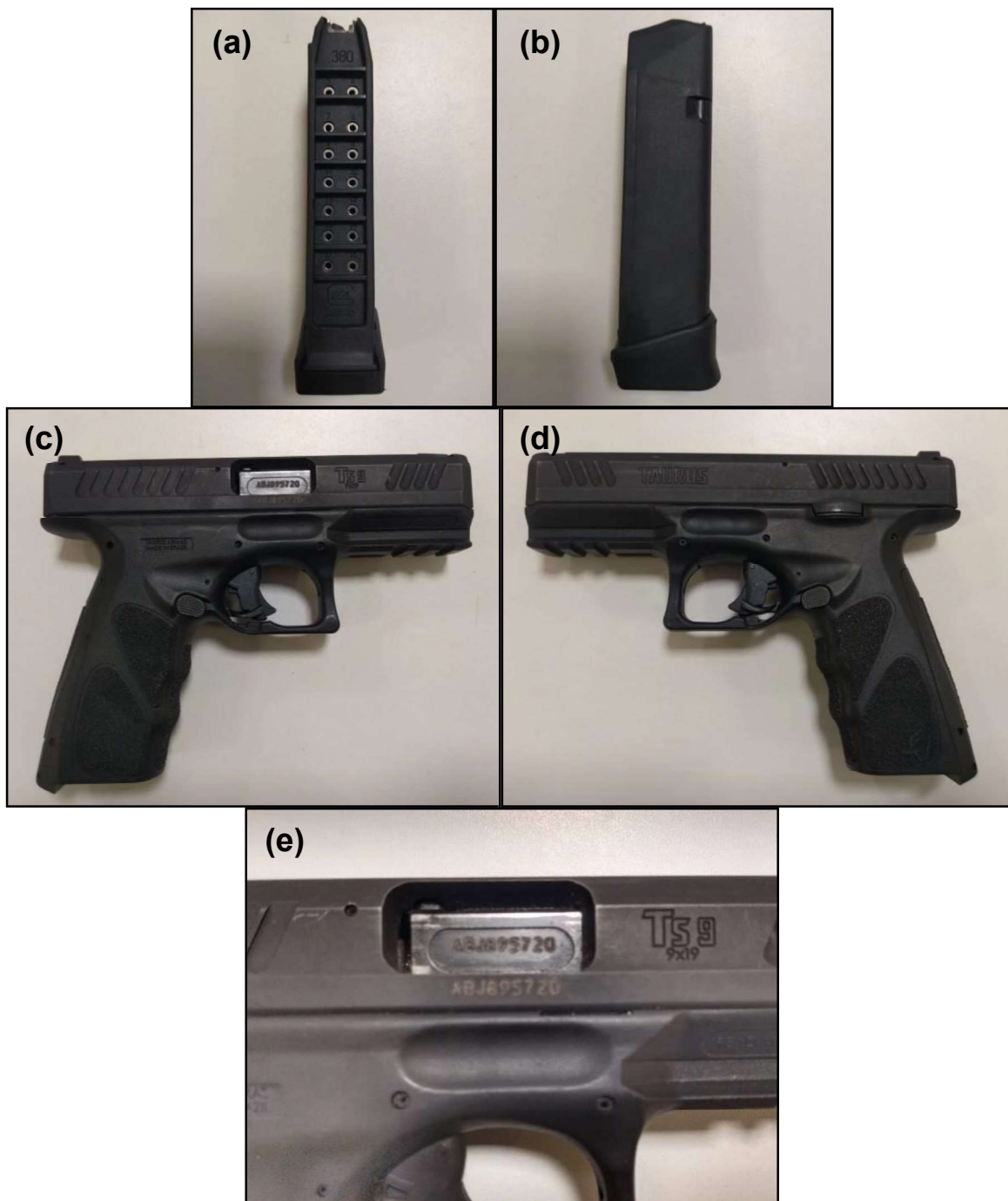


Figura 2 - Imagens das Amostras (a) e (b) AFK214064,
(c), (d) e (e) AFK214065.

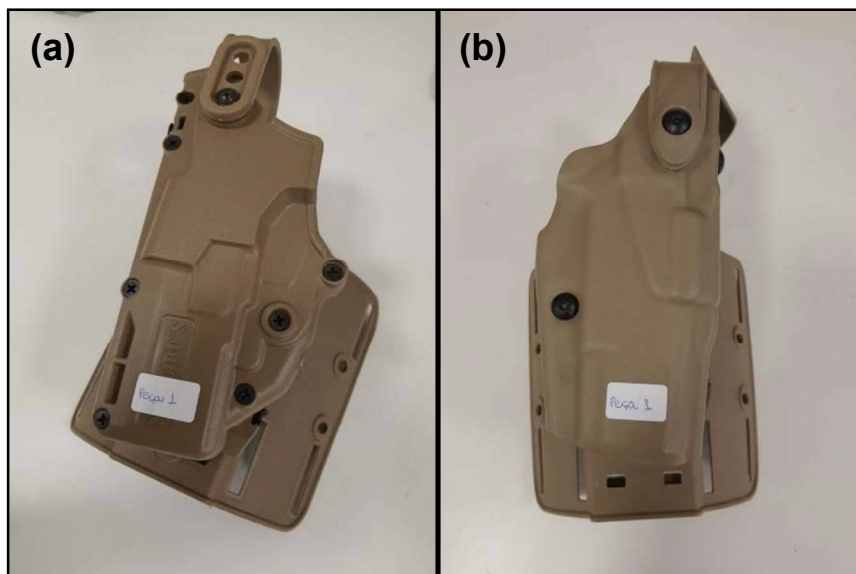


Figura 3 - Imagens das Amostras (a) AFK212852 e (b) AFK212853.

2 OBJETIVOS

Realizar ensaio de Espectroscopia no Infravermelho com Transformada de Fourier (FTIR) em 05 (cinco) amostras para caracterizá-las.

3 MÉTODOS

3.1 Espectroscopia no Infravermelho com Transformada de Fourier (FTIR)

A técnica de espectroscopia no infravermelho com Transformada de Fourier (FTIR) baseia-se nas vibrações dos átomos em uma molécula quando se incide radiação eletromagnética na faixa do infravermelho ($4000 - 400 \text{ cm}^{-1}$) sobre a mesma [1]. A radiação absorvida por uma molécula é convertida em energia de vibração, esta energia é registrada por um espectrômetro na forma de bandas de absorção e utilizada para fornecer evidências da presença de grupos funcionais na estrutura orgânica.

O resultado obtido é um gráfico de resposta do detector versus diferença de caminho óptico, denominado interferograma [2]. Os espectros são obtidos pelo cálculo da transformada de Fourier feito no interferograma. A técnica de FTIR possui extensa aplicação na caracterização e identificação dos compostos poliméricos uma vez que além da identificação das bandas características do material pode ser aplicada para a análise quantitativa de misturas de compostos [1].

As condições do ensaio podem ser observadas na Tabela 2.

Relatório de Ensaio AFK1843/21

Tabela 2 - Condições do ensaio de FTIR.

Condições: 32 repetições, leitura de 4000 a 400 cm^{-1}

Preparação da Amostra: Por ATR diretamente na amostra

Modo de Operação: Refletância

Equipamento: Espectrofotômetro Bruker, Alpha II

Data de Realização: 20/09/2021

Norma de Referência: ASTM E1252-98(2021) – “Standard Practice for General Techniques for Obtaining Infrared Spectra for Qualitative Analysis”

4 RESULTADOS

4.1 Espectroscopia no Infravermelho com Transformada de Fourier (FTIR)

A Figura 4 apresenta imagens das regiões onde foram realizadas as análises de FTIR nas amostras.



Figura 4 – Regiões analisadas das amostras (a) AFK214063, (b) AFK214064, (c) AFK214065, (d) AFK212852 e (e) AFK212853.

Relatório de Ensaio AFK1843/21

A Figura 5 apresenta o espectro resultante da análise de FTIR da amostra AFK214063 e as bandas de absorção dos grupamentos químicos característicos presentes na amostra estão reunidas na Tabela 3.

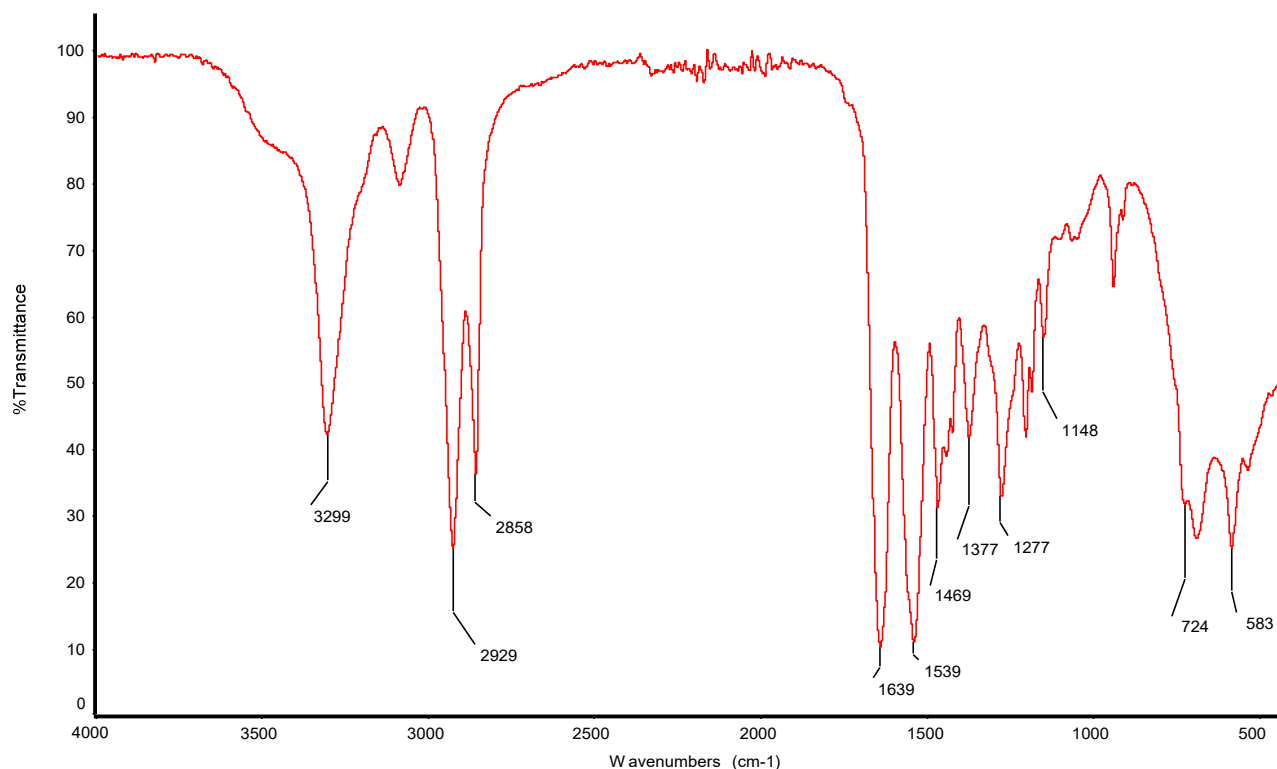


Figura 5 - Espectro no infravermelho da amostra AFK214063 (—).

Tabela 3 - Grupamentos químicos presentes na amostra AFK214063.

Número de Onda (cm ⁻¹)	Grupamento Característico
3299	Deformação Axial de N-H
2929 – 2858	Deformação Axial de CH
1639	Deformação Axial de C=O
1539	Deformação Angular de NH, Deformação Axial de C-N
1469	Deformação Angular de CH
1377	Deformação Angular de CH
1277	Deformação Angular de NH, Deformação Axial de C-N
1148	Deformação Angular de CH ₂
724	Deformação angular de CH ₂ cadeia longa
583	Deformação Angular de NH e C=O

Relatório de Ensaio AFK1843/21

As informações fornecidas pela Figura 5 e pela Tabela 3 permitiram observar bandas de absorção típicas dos grupamentos metila (CH_3) e metileno (CH_2), carboxila de amida ($(\text{C}=\text{O})\text{N}$) e amino (NH), o que possibilitou caracterizar a amostra AFK214063 como uma Poliamida (PA).

A Figura 6 apresenta a comparação entre os espectros no infravermelho das amostras AFK214063, AFK214064, AFK214065 e AFK212852.

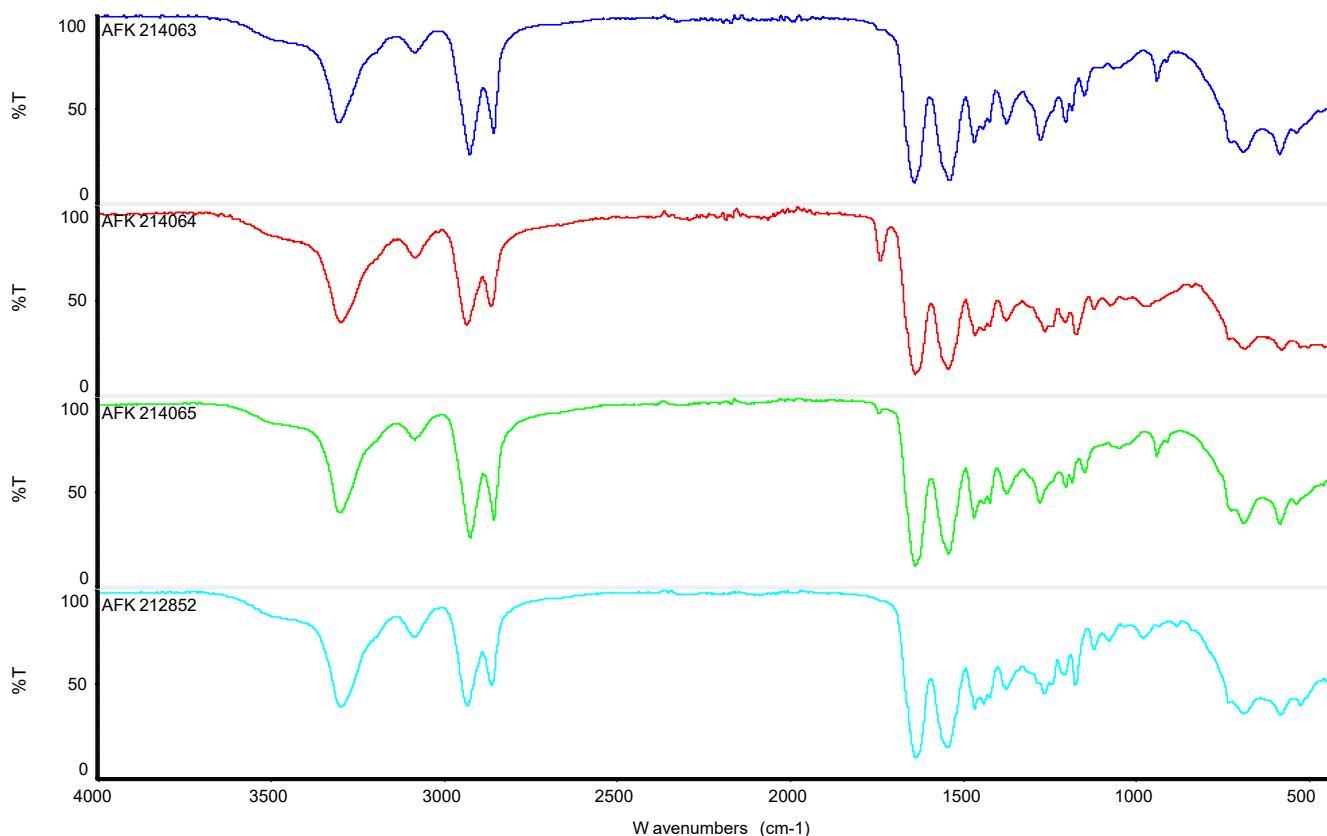


Figura 6 – Comparação entre os espectros no infravermelho das amostras AFK214063 (—), AFK214064 (—), AFK214065 (—) e AFK212852 (—).

Como observado na Figura 6, as amostras AFK214063, AFK214064, AFK214065 e AFK212852 apresentam espectros de FTIR de alta semelhança, indicando que são compostas pelo mesmo material, ou seja, Poliamida (PA).

A Figura 7 apresenta o espectro resultante da análise de FTIR da amostra AFK212853 e as bandas de absorção dos grupamentos químicos característicos presentes na amostra estão reunidas na Tabela 4.

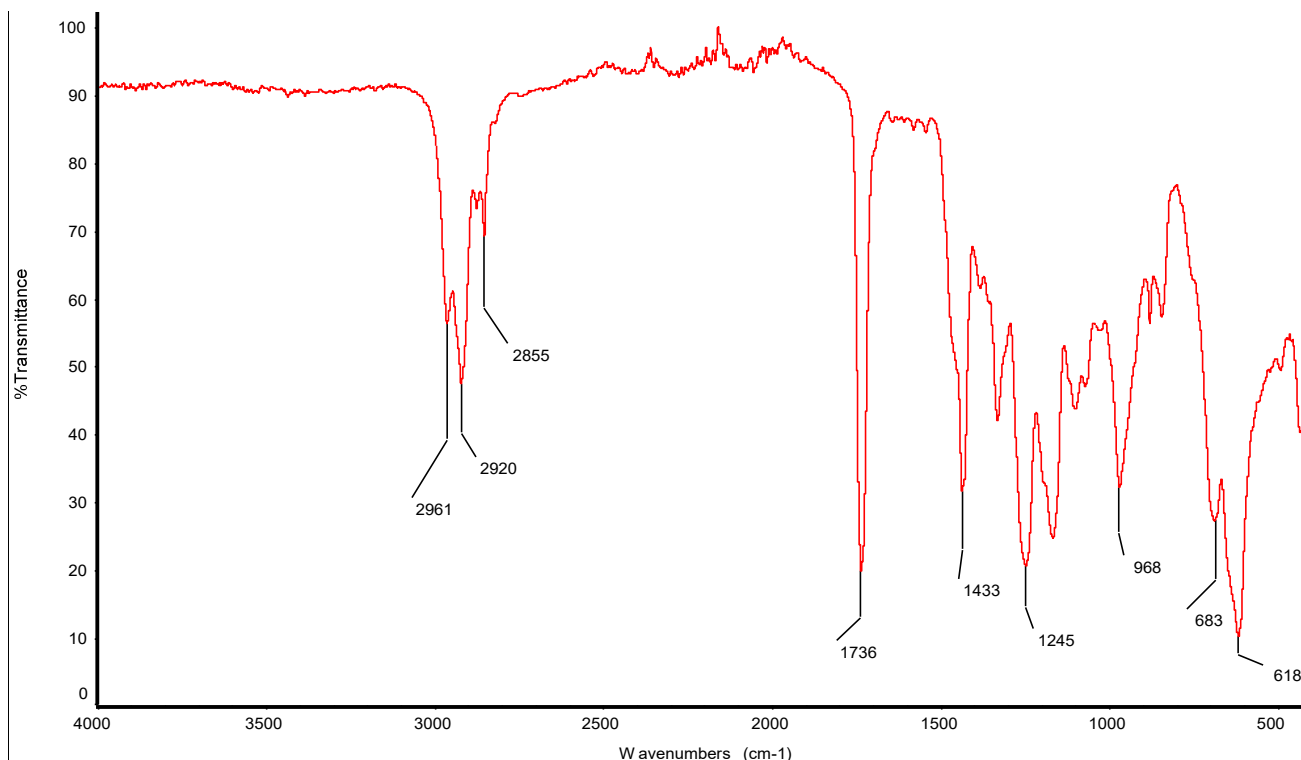


Figura 7 - Espectro no infravermelho da amostra AFK212853 (—).

Tabela 4 - Grupos químicos presentes na amostra AFK212853.

Número de Onda (cm ⁻¹)	Grupo Característico
2961	Deformação axial assimétrica de CH ₃
2920	Deformação axial assimétrica de CH ₂
2855	Deformação axial simétrica de CH ₂
1736	Deformação axial de C=O
1433	Deformação angular de CH ₂
1245	Deformação angular de CH
968	Deformação angular de CH ₂
683	Deformação axial de C-Cl
618	Deformação axial de C-Cl

As informações fornecidas pela Figura 7 e pela Tabela 4 possibilitaram a observação de bandas de absorção referentes aos grupos metileno (CH₂), metila (CH₃), carboxila de éster ((C=O)O) e cloroalcano (C-Cl), permitindo, deste modo, caracterizar a amostra AFK212853 como Policloreto de Vinila (PVC). Vale mencionar que a banda em 1736 cm⁻¹ referente a carboxila de éster pode estar associada a aditivos presente na amostra.



Relatório de Ensaio AFK1843/21

5 CONCLUSÕES

As análises de FTIR indicaram que o material das amostras AFK214063, AFK214064, AFK214065 e AFK212852 consiste em uma Poliamida (PA), enquanto a amostra AFK212853 é composta por Policloreto de Vinila (PVC).

Uma comparação com espectros padrões indicam que o material das amostras AFK214063, AFK214064 e AFK212852 possa se tratar de PA 66 e o da amostra AFK214065 uma PA 6.

Para a determinação do tipo de Poliamida das amostras AFK214063, AFK214064, AFK214065 e AFK212852 (por exemplo, Poliamida 11, Poliamida 12, Poliamida 66, etc), é sugerido a realização da análise de DSC, uma vez que esta é complementar da análise de FTIR na caracterização de materiais poliméricos.

São Carlos, 20 de setembro de 2021.

Dr. Marcio Kobayashi
Gerente Técnico

Referências Bibliográficas

- [1] CONSTANTINO, M. G. Espectroscopia no Infravermelho. In: **Química Orgânica, volume 3: Curso básico universitário**. [s.l: s.n.]. p. 95–137, São Paulo: LTC, 2006.
- [2] CANEVAROLO, S. J. **Técnicas de Caracterização de Polímeros**. São Paulo: Artliber, 2003.

Observações Finais

- Os resultados aqui apresentados referem-se exclusivamente às amostras analisadas, nas condições em que foram realizados os ensaios, não sendo extensivos a quaisquer lotes, mesmo que similares.
- O laboratório não é responsável em caso de interpretação ou uso indevido que se possa fazer deste documento.
- A reprodução deste documento deve ser realizada na íntegra.
- As amostras serão mantidas por dois meses ou conforme determinado no orçamento/contrato.

-- Fim do Relatório --



SOLUÇÕES EM POLÍMEROS

Relatório de Ensaio AFK1844/21

Cliente: M D Comércio de Materiais de Segurança Ltda	OS: 1328/1627-1-21
Contato: Wilson Mainardes de Oliveira	
E-mail: licitacao@maynards.com.br	Telefone: (41) 3332-9272
Endereço: Av. Presidente Castelo Branco, 295, Sala 2	Bairro: Centro
Cidade/UF: Mandirituba/PR	CEP: 83800-000
Data de Recebimento da(s) Amostra(s): 20/09/2021	
Período de Realização do Trabalho: 20/09/2021 a 21/09/2021	

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DA(S) AMOSTRA(S)	2
2	OBJETIVOS	2
3	MÉTODOS	2
3.1	Densidade por Imersão	2
4	RESULTADOS	3
4.1	Densidade por Imersão	3
5	CONCLUSÕES	4

Relatório de Ensaio

AFK1844/21

1 IDENTIFICAÇÃO DA(S) AMOSTRA(S)

A amostra enviada pelo cliente foi identificada pela AFINKO de acordo com a Tabela 1. Na Figura 1 pode ser observada uma imagem da amostra como recebida.

Tabela 1 - Identificação da(s) Amostra(s).

Identificação da AFINKO	Identificação do Cliente
AFK214063	Arma Glock



Figura 1 - Imagem da Amostra AFK214063.

2 OBJETIVOS

Realizar ensaio de Densidade em 01 (uma) amostra para caracterizá-la.

3 MÉTODOS

3.1 Densidade por Imersão

A densidade, que se trata da razão de massa de amostra sobre volume ocupado pela mesma, numa determinada condição ambiental, foi determinada por imersão [1].

As condições do ensaio podem ser observadas na Tabela 2.

Relatório de Ensaio

AFK1844/21

Tabela 2 - Condições do ensaio de Densidade.

ASTM D792:2020 – “Standard Test Methods for Density and Specific Gravity (Relative Density) of Plastics by Displacement”	
Norma de Referência:	
Método: A (água destilada)	
Temperatura do Laboratório: 23,9°C	Umidade do Laboratório: 43%
Temperatura do fluido de imersão: 22,5°C	
Fluído de Imersão: Água destilada	
Densidade do Fluído de Imersão: 0,9977 g/cm ³	
Data de Realização: 21/09/2021	
Equipamento: Balança Analítica Shimadzu, modelo AUW220D	

4 RESULTADOS

4.1 Densidade por Imersão

A Tabela 3 apresenta os resultados do ensaio de Densidade.

Tabela 3 - Resultados do ensaio de Densidade.

Amostra	Densidade (g/cm ³)		
	1	2	Média
AFK214063	1,0896	1,0849	1,0873 ± 0,033

A Figura 2 apresenta uma imagem da região de onde as amostras foram retiradas para a realização do ensaio de Densidade.



Figura 2 – Região de onde foram retiradas as amostras para o ensaio de Densidade.



SOLUÇÕES EM POLÍMEROS

Relatório de Ensaio AFK1844/21

5 CONCLUSÕES

A Tabela 4 apresenta o resultado obtido neste trabalho.

Tabela 4 – Resultado de Densidade.

Amostra	Densidade (g/cm ³)
AFK214063	1,0873

São Carlos, 21 de setembro de 2021.

Dr. Marcio Kobayashi
Gerente Técnico

Referências Bibliográficas

[1] AMERICAN SOCIETY FOR TESTING AND MATERIALS. **ASTM D792:2013**: Standard Test Methods for Density and Specific Gravity (Relative Density) of Plastics by Displacement. Switzerland, West Conshohocken, PA, 2013.

Observações Finais

- Os resultados aqui apresentados referem-se exclusivamente às amostras analisadas, nas condições em que foram realizados os ensaios, não sendo extensivos a quaisquer lotes, mesmo que similares.
- O laboratório não é responsável em caso de interpretação ou uso indevido que se possa fazer deste documento.
- A reprodução deste documento deve ser realizada na íntegra.
- As amostras serão mantidas por dois meses ou conforme determinado no orçamento/contrato.

-- Fim do Relatório --

Enc: Edital 31/2021 MJSP Polícia Federal, processo nº 08200.000391/2020-70

DLOG - Serviço de Compras CGAD

qui 21/10/2021 09:14

Sent Items

Para: Angelica Duarte de Aguiar <angelica.ada@pf.gov.br>; Angelica Duarte de Aguiar <angelica.ada@pf.gov.br>; aandua6@gmail.com <aandua6@gmail.com>; Flavio Alves Carlos <flavio.fac@pf.gov.br>; Neusa Rejane Pinheiro de Carvalho Haltenburg <rejane.nrpch@pf.gov.br>;

Prezados, bom dia!

Encaminho pedido de esclarecimento ao Edital do Pregão Eletrônico 31/2021, cujo objeto é a aquisição de acessórios táticos policiais a fim de compor um Kit Policial para cada policial federal em atividade, lotados tanto nas fronteiras como nas unidades regionais e centrais, para análise e manifestação.

Atenciosamente,

Camila Franco
Administradora
SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

De: Primax Distribuidora <primaxdistribuidora@hotmail.com>

Enviado: quinta-feira, 21 de outubro de 2021 09:04

Para: DLOG - Serviço de Compras CGAD

Assunto: Edital 31/2021 MJSP Polícia Federal, processo nº 08200.000391/2020-70

Bom dia Sr(a) Pregoeiro(a)

A respeito do edital 31/2021 MJSP Polícia Federal, processo número 08200.000391/2020-70 temos algumas dúvidas em relação as lanternas, item 3. São elas:

Notamos que as Candelas não estão especificadas. O número de Lumens é fundamental para que possamos precificar o bem. Por isso questionamos, qual quantidade de Candelas são desejadas? Ou qual o número de Lumens que os senhores e senhoras pretendem adquirir?

Uma outra questão importante e que determina a qualidade do bem, é a respeito do número de série da fabricação. Equipamentos de boa origem de fabricação possuem tal número, já produtos de baixa qualidade não. Por isso questionamos, tal número será exigido?

Desde já agradecemos.

Primax Distribuidora
(62) 3706 5706
Renata Pereira